

SESSÕES DO PLENÁRIO

46ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 28 de maio de 2014.

PRESIDENTE: DEPUTADO ÁLVARO GOMES *AD HOC*

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Sanches, Álvaro Gomes, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Augusto Castro, Bira Corôa, Bruno Reis, Cacá Leão, Capitão Tadeu, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, Coronel Gilberto Santana, Delegado Deraldo, Elmar Nascimento, Euclides Fernandes, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Gaban, Graça Pimenta, Herbert Barbosa, Ivana Bastos, J. Carlos, João Bonfim, João Carlos Bacelar, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Jurandy Oliveira, Kelly Magalhães, Leur Lomanto Júnior, Luciano Simões, Luiz Augusto, Luiza Maia, Marcelino Galo, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Maria Luiza Laudano, Mário Negromonte Júnior, Marquinho Viana, Nelson Leal, Neusa Cadore, Pastor Sargento Isidório, Paulo Azi, Paulo Câmera, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Rogério Andrade, Ronaldo Carletto, Rosenberg Pinto, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Targino Machado, Temóteo Brito, Tom Araújo, Vando, Yulo Oiticica, Zé Neto e Zé Raimundo. (62)

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Invocando a proteção de Deus e considerando a presença, em Plenário, de 41 Srs. Deputados, declaro aberta a presente sessão ordinária.

Passo a fazer a leitura do Expediente.

(O Sr. Presidente procede à leitura do Expediente.)

OFÍCIOS

Da Deputada Maria Luiza, comunicando sua ausência na sessão do dia 26/05/2014, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.

Do Deputado Joseildo Ramos, comunicando sua ausência na sessão do dia 15/05/2014, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato

parlamentar.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Pequeno Expediente.

Concedo a palavra ao deputado Joseildo Ramos pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhoras e senhores funcionários desta Casa, todos os que nos assistem pela *TV Assembleia*, eu estou aqui maravilhado com a plateia e por conta da presença de tantos Srs. Deputados querendo falar. Direi a todos vocês que, hoje, é dia de trabalho. Estamos aguardando as presenças de mais Srs. Deputados nesta Casa.

Temos, hoje, um assunto que eleva um pouco a tensão entre nós: a escolha dos nomes dos conselheiros para os Tribunais de Contas do Estado e dos Municípios. Esta é uma discussão que envolve os diversos períodos dos sucessivos governos que ocorreram na nossa querida Bahia. Porém, em outros tempos, esta discussão ocorreria sem que, necessariamente, tivéssemos as posições confrontadas.

Hoje, esta discussão é feita por esta Casa. Aqui, há a dialética, o confronto das ideias, a diversidade no posicionamento de se colocar às claras como tem ocorrido entre nós. Estamos respirando outros ares, os ares da democracia. Hoje, se tivermos a oportunidade, nós poderemos travar, aqui, um debate que, por sua natureza, interessa à estrutura do sistema político brasileiro.

Quanto ao sistema político, eu não tenho dúvida de que está exaurido e já deu o que tinha de dar. A nossa jovem democracia atravessa um período que já pode ser considerado o mais longo do Estado de Direito, da plenitude do Estado de Direito. Entretanto, o sistema político está doente. Ele já não pode se colocar como algo que dê estrutura das relações da política nacional.

Nós estamos assistindo, por exemplo, no Parlamento deste País, aos 3 níveis de governo. Esta é a única Federação trina do mundo, pois nós temos os entes federados e não há hierarquia entre eles. Porém, o Parlamento demonstra, claramente, a sub-representação da sociedade brasileira.

Há os deputados estaduais eleitos para as suas respectivas Assembleias Legislativas. Há os deputados federais e senadores eleitos para o Congresso Nacional: Câmara dos Deputados e Senado. Esses candidatos não representam a sociedade que os elege, mas, sim, eles representam o financiamento feito na direção dos eleitos.

Hoje, muito longe de representar a maioria, este sistema político, aí, está exaurido e já deveria ter sido posto à risca por uma reforma profunda em uma assembleia constituinte específica para não ficar na condição que nós, que temos mandato, ficarmos como raposa tomando conta de galinheiro para tratar de questões para definir um novo *status quo* ou uma nova situação que possa, eventualmente, não nos interessar a nós que estamos no mandato. Portanto é preciso ter coragem para fazer a mãe de todas as reformas, a fim de que nós não fiquemos discutindo, aqui e agora, se a corte de contas, seja ela do Município ou do Estado federado, deva ter sua

indicação pelo Executivo ou por aqueles que já têm mandato no Legislativo.

Vejam, dialoga-se como se esta estrutura do Estado não deveria ser uma estrutura inamovível que já estivesse especificado fazê-lo através de concursos públicos, a fim de que a gente tivesse o Estado em sua serenidade e em sua plenitude. Seria um Estado perene que não tivesse de sofrer os abalos e as preferências de cada governo.

E, hoje, todos nós, desta Casa, haveremos de nos debruçar acerca da indicação de nomes para conselheiros dos Tribunal de Contas do Estado e dos Municípios.

Sr. Presidente, esta é uma discussão que nos cabe neste momento. Sei que V.Ex^a está agoniado diante de tanta gente com esta concorrência para falar na tribuna no pinga fogo durante o Pequeno Expediente. Não abusarei do tempo em virtude da quantidade de deputados que irão me suceder.

Em função disso, agradeço a vossa paciência.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Peço à deputada Maria Luiza Laudano assumir a Presidência dos Trabalhos para eu poder usar a tribuna. Depois de meu pronunciamento, falarão os deputados J. Carlos e Maria Luiza.

(A Sr^a Maria Luiza Laudano assoma à Presidência dos Trabalhos.)

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Com a palavra o deputado Álvaro gomes pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Nobre presidente Maria Luiza Laudano, Srs. Deputados e Deputadas, hoje pela manhã, tivemos algumas atividades importantes. Dentre as quais, houve uma sessão especial, proposta pelo deputado Yulo Oitica sobre o Dia do Assistente Social ocorrido no último dia 15 de maio passado. Também, tivemos uma sessão especial da Astep, de autoria do nobre deputado Rosemberg Pinto. As duas sessões especiais foram muito importantes, pois foram debatidos assuntos de grande interesse de toda sociedade.

Quero destacar a sessão especial da Astep (Associação dos Aposentados da Petrobras) tendo em vista que os aposentados tiveram um papel importante na defesa desta grande instituição ao longo dos anos. Lá, estavam presentes os sindicalistas antigos, históricos, a exemplo de Gabriel, além de várias lideranças debatendo e comemorando os 40 anos da Associação dos Aposentados da Petrobras.

Ressaltamos a importância que teve e que tem a Petrobras para o desenvolvimento do nosso País que, hoje, sofre um ataque raivoso da grande mídia, especialmente da *Rede Globo*. Este ataque raivoso tem como objetivo, naturalmente, desgastar a Petrobras e desgastar o nosso governo que melhorou a vida de 50 milhões de pessoas. Este ataque tem como objetivo a promoção do retorno ao governo de setores atrasados reacionários e conservadores para tentar vender a Petrobras.

Observamos, hoje, os ataques à Petrobras. Aliás, a Oposição e a mídia golpista, o partido da mídia golpista, porque, hoje, a grande mídia virou um partido político, mais especialmente a *Rede Globo*, vem utilizando três questões e tem massificado o

tempo todo: a questão da Copa, da Petrobras e a questão do mensalão.

Procuram desmontar, acabar com a Petrobras, com uma propaganda, uma visão equivocada. Por que na *Rede Globo* não passa que eles estavam privatizando a Petrobras e que o governo Lula impediu a privatização? A *Rede Globo* não fala isso. A *Rede Globo* não fala que o lucro médio da Petrobras, na época deles, era de 4 bilhões de reais e que hoje a média anual do lucro da Petrobras é de 25 bilhões. Isso não fala. A *Rede Globo* não fala que a Petrobras tinha um patrimônio de 34 bilhões na época deles e que hoje o patrimônio é de 349 bilhões. A *Rede Globo* não fala isso. A *Rede Globo* não fala que a Petrobras teve um papel fundamental no enfrentamento da crise internacional que atingiu os países desenvolvidos. Por isso, quero ressaltar a importância da comemoração, hoje, dos 40 anos da Astape - Associação dos Aposentados da Petrobras - e dizer que eles não vão conseguir destruir o nosso projeto que tem melhorado a vida de milhões de pessoas, que eles não vão conseguir destruir a Petrobras.

A Petrobras é nossa e não dos gringos! A Petrobras é nossa e eles não vão conseguir vender porque não vão retornar ao governo. O projeto progressista e popular vai continuar.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTE (Maria Luiza Laudano):- Há sobre a mesa um requerimento endereçado ao Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia.

(Lê): *“Os deputados infrafirmados, com base no que dispõe o inciso II, art.92 do Regimento Interno, requerem a convocação de uma sessão extraordinária, a ser iniciada dois minutos após o encerramento desta, com o objetivo de apreciar as seguintes matérias: Requerimento nº 8.148/2014, Mensagem nº 4.896, Requerimento nº 8.168/2014 e o Requerimento nº 8.170/2014.”*

Os deputados que aprovam, permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado por unanimidade.

A Sr^a PRESIDENTE (Maria Luiza Laudano):- Com a palavra o deputado J. Carlos pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. J. CARLOS:- Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Deputados, Imprensa, ouvintes da *TV Assembleia*, subo a esta tribuna para anunciar o fim da greve dos rodoviários.

Há poucos momentos, os rodoviários selaram um dos melhores acordos feitos no País, porque tivemos em São Paulo 10% e aqui 9%. Porém, aqui, conseguimos reduzir a jornada de trabalho em 40 minutos. Voltamos a ter uma das menores jornadas do País. Gostaria de agradecer, Sr^a Presidente, ao governador Jaques Wagner pelo papel que desempenhou, por ele ter atendido por diversas vezes a nossa comissão. Por diversas vezes, conversamos com ele e lhe mostramos que precisávamos achar uma saída para que pudessemos acabar a greve em Salvador. Mas, Sr^a Presidente, não foi só o nosso governador. Queria agradecer, aqui de público, ao nosso prefeito, o prefeito desta cidade que, mesmo estando de lado opostos, teve um papel importantíssimo para o fim da greve. Atendeu-nos por três

vezes no seu gabinete para que pudéssemos achar uma saída para que o povo de Salvador não sofresse mais. Queria agradecer aqui de público ao Sr. Prefeito, muito obrigado por ter dado a contribuição que deu aos rodoviários. Agradeço também ao governador.

Não poderia deixar passar em branco, Sr^a Presidente, o papel importantíssimo do nosso presidente do Sindicato dos Rodoviários que levou a primeira proposta, entendendo ele que, naquele momento, era possível não ir à greve, mas foi uma proposta quase referendada agora para o fim da greve e que teve um papel importantíssimo: assumiu a greve, já que a proposta inicial não passou e agora, há poucos minutos, tivemos a assembleia quando ele defendeu novamente, com pequeno reajuste nos tíquetes alimentação, e nós tivemos o fim da greve.

Queria dizer a você, companheiro Hélio, que os rodoviários ficam agradecidos pelo seu papel de força, de coerência, pelo seu papel no qual muitos não acreditavam. Quem ouviu o rádio hoje nesta cidade viu claramente alguns jogando para que a greve continuasse, querendo dizer que o nosso movimento estava dividido. Eu dei uma declaração ontem que aquilo era divergência de momento, e, hoje, quem estava escutando rádio ouvia “não, o senhor está equivocado, vocês perderam a liderança, não existe mais líder, o presidente não é mais líder, a direção do sindicato acabou...”. Quem não conhece o movimento pode dizer isso. E não foi uma rádio nem duas, foram várias, Presidente. Porque não conhece a essência, não sabe o que é trabalhador! O trabalhador estava ali para defender justamente o que eles estavam precisando. E, aí, eu dizia ontem que o nosso presidente ia sair nos braços do povo. No fim da assembleia, quem estava lá teve que se curvar ao que eu estava falando ontem, Sr. Presidente, porque o nosso presidente ia sair nos braços dos nossos companheiros rodoviários, e saiu! Saiu nos braços dos companheiros. E aprovamos o fim da greve.

Nós não poderíamos deixar que essa greve fosse para a Justiça, nós que temos responsabilidade com a categoria não poderíamos deixar que essa greve fosse julgada amanhã, porque sabíamos que na Justiça não passava dos 7%. A Justiça, podia dar a greve como ilegal. Na Justiça não poderíamos ter reduzido a carga horária. Mas eles não entendem isso! Tomam o microfone querendo audiência! Ou, então, batem no deputado, batem no vereador J. Carlos Filho, que os chamou para a Câmara de Vereadores! Ele os chamou para a Câmara, junto com os vereadores, para tentar achar uma saída, mas eles hoje tiveram só os momentos... quase duas horas batendo no deputado e no vereador. A resposta está aí, vocês que não entendem, vocês que não sabem o que é a categoria, vocês que não sabem o que é bom para a população! Bom para a população não é só ter audiência, não. Bom para a população é saber entender quais as suas dificuldades. E a dificuldade que a população tinha no momento, Sr^a Presidente, era justamente o fim da greve. Era poder ir trabalhar, ir ao médico, sair e voltar para a casa tranquilamente. E isso nós fizemos.

Só demos uma entrevista, uma só, presidente, ontem – ligaram-me, não sei que jornal foi, e dei uma entrevista. Aposto que daqui a mais um dia, dois dias, o nosso presidente estará nos braços do povo, que o nosso deputado estará nos braços do

povo, que o nosso vereador também, bem como o nosso governador. E eu não posso negar aqui que o prefeito estará nos braços do povo.

Um abraço, Sr^a Presidente, dizendo a V.Ex^a muito obrigado. É para eles entenderem que os rodoviários têm liderança, que os rodoviários sabem o que quer, e, por isso, fez o melhor acordo.

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Muito obrigada, deputado, teríamos realmente que resolver essa greve de imediato. Eu confiava no sindicato, confiava no bom entendimento.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Maria Luiza Laudano):- Com a palavra o deputado João Carlos Bacelar por 5 minutos.

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- Sr^a Presidente, Sr^a Deputada Kelly Magalhães, Srs. Deputados, quero, inicialmente, parabenizar os rodoviários da cidade de Salvador, suas lideranças, dentre elas o deputado J. Carlos e o vereador Jotinha, que muito lutaram para que os direitos trabalhistas dos rodoviários fossem assegurados, mas também que a cidade voltasse a ter sua vida normal.

E quero aqui registrar a justiça que o deputado J. Carlos faz, ele que é um deputado do Partido dos Trabalhadores, ao papel do prefeito ACM Neto nessa greve. Uma greve que não diz respeito diretamente aos assuntos da Prefeitura porque a Prefeitura não tem ônibus. O assunto dizia diretamente ao empresariado e aos trabalhadores, mas ACM Neto, como a maior autoridade da cidade, como líder desta cidade, participou ativamente de todas as negociações que levaram ao fim da greve na cidade de Salvador, diferentemente do que ocorre, por exemplo, em São Luís do Maranhão onde a greve se arrasta há 10 dias. Uma greve dos rodoviários afeta a vida da cidade, afeta a comodidade das pessoas, afeta os interesses do trabalhador. Mas foi este o único instrumento que os trabalhadores tiveram para pressionar e para encaminhar as suas justas reivindicações. Com muita calma e com muita habilidade, as lideranças dos rodoviários, e volto aqui para parabenizar o deputado J. Carlos e o vereador Jotinha, que puxou a questão para a Câmara Municipal, que era o espaço adequado para fazer essa defesa, junto com o nosso prefeito ACM Neto, conseguimos hoje superar esse problema e amanhã todo o transporte coletivo da cidade estará regularizado, frustrando aqueles que apostam no quanto pior melhor. Parabéns, deputado J. Carlos.

O mesmo eu não posso dizer em relação às universidades do Estado da Bahia. Hoje jovens e professores das universidades baianas estão nas ruas da cidade gritando palavras de ordem, tipo: o governo tem dinheiro para a Copa, mas não tem dinheiro para a educação. Uma vergonha para a Bahia a situação das universidades públicas estaduais.

Hoje é o dia nacional de luta em defesa das instituições estaduais de ensino superior. É uma reivindicação nacional, mas na Bahia ela adquire contextos e cores diferentes porque, infelizmente, a crise financeira, a desorganização da máquina pública do Estado da Bahia, a falta de controle financeiro do governo Wagner faz

com que essa crise impacte também em todas as áreas das universidades. Faltam materiais e infraestrutura para o ensino, faltam materiais e infraestrutura para a pesquisa e para a extensão. O estrangulamento orçamentário também atinge a política de permanência estudantil, a construção de restaurantes universitários, o déficit no quadro de vagas para os professores e técnicos, o atraso no pagamento dos terceirizados e prestadores de serviço.

Infelizmente o nobre e competente deputado Álvaro Gomes, que não está agora no Plenário, isso, sim, é que a força do atraso, deputado Álvaro Gomes! E não a retórica de quem está em palanque. As forças do atraso estão no governo da Bahia, porque não deixam a educação se desenvolver, não deixam a educação crescer e colocam em risco a sobrevivência das Universidades Estaduais.

Estamos aqui, Sr^a Presidente, prestando a nossa solidariedade aos professores das Universidades Estaduais da Bahia, que se encontram no momento passando por sérias dificuldades e por isso estão em greve, pois até o pagamento dos salários tem sido atrasado nessas instituições.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Com a palavra a deputada Kelly Magalhães pelo tempo de 5 minutos.

A Sr^a KELLY MAGALHÃES:- Sr^a Presidente, Srs. Deputados poucos nesta Casa, eu com certeza subo a esta tribuna com a convicção de que, depois de ouvir as palavras do meu colega João Carlos Bacelar, posso reafirmar com muita categoria e muita sinceridade, deputado, que as Universidades, especialmente as Estaduais da Bahia, são muito melhores do que eram no passado. Os investimentos são muito maiores do que eram no passado, e os números mostram isso. É claro que ainda há muito o que fazer.

Sou oriunda de uma universidade pública no Estado da Bahia, a Uneb, do *campus* de Barreiras. Fui presidente da Comissão de Educação, discuti diversas vezes a situação das universidades, inclusive o pagamento do CET, e sei que realmente há muito ainda o que fazer, como já disse. Mas não posso concordar com esse discurso que é absolutamente incoerente, pois com certeza, se olharmos para trás e para o que temos hoje, veremos que estamos muito melhores, deputado.

Respeito o seu posicionamento. Afinal de contas, estamos aqui num Parlamento democrático para cada um expor a sua opinião como apoio lógico à manifestação das Universidades. Sou solidária e sempre serei porque certamente é na luta, é no movimento que conseguimos transformar e adquirir aquilo que precisamos ter para melhorar cada vez mais. Da mesma forma como aconteceu a greve dos rodoviários, que paralisou a cidade de Salvador, foi com o diálogo, acima de tudo mostrando a importância da categoria para a sociedade, o governo e a população, que mais precisa do transporte público, que se encontrou a saída e se construiu a negociação de que tanto se precisa. Mas com certeza o que se obteve não é exatamente o que os rodoviários desejam, porque infelizmente nem tudo é possível dar de imediato.

Portanto, digo a mesma coisa em relação às Universidades do Estado da Bahia. Toda a pauta que está aí é a que devemos levar em consideração, avaliar e estudar. Assim buscaremos também uma solução passiva e pacífica que leve em conta os interesses da comunidade acadêmica das quatro Universidades Estaduais que muito contribuem para o desenvolvimento do nosso Estado e para melhorar a qualidade da educação que nele temos hoje. Sem dúvida nenhuma, essas instituições cumprem o papel de proporcionar o crescimento de cada região onde atuam. No Sul, com a UESC. No Sudeste, com a UESB. Em Feira de Santana, com a UEFS. E em quase todo este Estado, por onde tem uma grande capilaridade, com a gloriosa Uneb, Universidade Estadual da Bahia, e seus diversos *campi*. Então, eu não poderia ouvir o que foi dito por V.Ex^a sem reafirmar que precisamos avançar muito, mas reconhecendo que este governo de Wagner investiu em recursos e pessoal muito mais do que o governo passado, muito mais do que o governo do agora candidato que comemora com muita alegria as pesquisas. Elas são para se alegrar, sim. Porém prefiro alegrar-me com o resultado das urnas no mês de outubro, comparando números, dados, projetos, feitos e realizações pelo Estado da Bahia em todas as áreas, sem dúvida nenhuma. Afinal, sabemos que este governo fez muito mais do que se fez no passado. E com as universidades não seria diferente.

Portanto, reafirmo a V.Ex^a que não posso concordar com esse seu pronunciamento. Quero dizer aos servidores e à comunidade acadêmica das Universidades Estaduais que nós estamos, sim, abertos ao diálogo aqui, assim como o governo sempre esteve, para buscar a melhoria da qualidade do Ensino Superior e reforçar ainda mais o papel das Universidades. Muito obrigada, Sr^a Presidente.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra a deputada Maria Luiza Laudano pelo tempo de 5 minutos.

A Sr^a MARIA LUIZA LAUDANO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, imprensa, ouvintes da *TV Assembleia*, minhas queridas taquígrafas e os que nos honram com suas presenças nas Galerias Paulo Jackson, hoje venho a esta tribuna também parabenizar o nosso colega deputado J. Carlos, o vereador J. Carlos Filho, o secretário da Segurança, representante do governo do Estado que igualmente esteve presente, assim como o prefeito, pela solução que encontraram para a situação em que se encontrava a nossa comunidade de Salvador.

Realmente foi crucial o impacto que houve, pois repentinamente ficou sem haver um transporte para conduzir a nossa comunidade soteropolitana. Mas, graças a Deus, o sindicato e também os rodoviários chegaram a um denominador comum e fizeram um acordo pra que não deixassem a greve se estender até praticamente sexta-feira. Se isso acontecesse, sofreriam ainda mais os nossos estudantes, que ficaram sem escola; o comércio, que teve problemas graves com os funcionários não podendo comparecer aos estabelecimentos em que trabalham. Oxalá os patrões reconheçam que eles não poderiam se deslocar de suas residências até o local de trabalho a pé! Isso sem falar daqueles que realmente dependiam de um transporte para ir a um

hospital, a clínicas fazer os seus exames médicos. Enfim, falo de todos que não puderam mesmo assumir as suas obrigações como um todo.

Quem tem o carro, ótimo! Quem não tem teve de pagar R\$ 40,00 aos mototaxistas ou dobrado aos táxis pelas corridas! Então, quem sofreu foi realmente a comunidade! Graças à segurança das Polícias Militar e Civil, não houve saques nem os soteropolitanos foram ainda mais prejudicados arriscando a vida.

Mas acredito que tudo na vida tem de ter acordo. Eu não gosto muito dos que agem daquele modo. Digo que é baderna! Acho que se deve concentrar, se deve reunir e se deve sentar para dialogar, porque o diálogo serve para isto: resolver os problemas. E é para resolvê-los que estamos num País democrático. Portanto, devemos sempre sentar para conversar com respeito, buscando atender às solicitações do nosso povo.

Queria, Sr. Presidente e Sr^a Deputada Kelly, dizer que daqui a mais ou menos uma hora estaremos a votar elegendo os conselheiros do TCE e também os conselheiros do TCM. Eu tive a honra de ser a relatora do projeto de requerimento do deputado João Bonfim, colega nosso que eu tenho certeza que vai desempenhar um trabalho profícuo, promissor, com muita competência, com muita seriedade, que tem uma conduta ilibada e que, realmente, nesta Casa, com certeza, todos os colegas vão elegê-lo para que possamos ter mais uma pessoa que honre aquela Casa, como temos o deputado Gildásio Penedo, que foi eleito também por nós, e nós nos sentimos, hoje, honrados em tê-lo lá.

Também vem aí o deputado Mário Negromonte, pai do nosso colega, Mário Negromonte Júnior, que, com certeza, vai ter esse apoio, e essa demanda do deputado Zezéu Ribeiro e do deputado Gaban que pleiteiam também uma vaga do TCE.

Muito obrigada, Sr. Presidente, pela tolerância.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Antes de passar a palavra ao próximo orador, quero lembrar aos Srs. Deputados que a votação vai ser iniciada às 16 horas.

Com a palavra o deputado Paulo Câmera pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. PAULO CÂMERA:- Nobre deputada de Catu e Pojuca, 4.300 votos apenas dando assistência social aqueles jovens da periferia, boa-tarde a todos. Amigos, eu fico surpreso, nobre presidente, quando meus colegas de partido e da base de governo, nobre deputada Kelly, fazem aqui nesta Casa a comparação entre os governos de Jaques Wagner e outros governos, porque se comparam coisas que podem ser até desiguais, mas que sejam passíveis de comparação. Por exemplo, você pode comparar frutas, independentemente de ser laranja ou banana, mas você não comparar pedra com frutas.

O governo de Jaques Wagner, no sentido, por exemplo, de atendimento ao Semiárido, é incomparável. Eu digo com clareza: o governador Paulo Souto fez grandes barragens de atendimento a áreas extensas, mas quando nós vamos ver o resultado social desses benefícios, eles foram extremamente pequenos, diria quase insignificantes no atendimento às densidades populacionais do nosso semiárido, que

tem 256 municípios.

E diria mais ainda: não houve uma concentração, ao longo dos anos de preocupações com essas populações do Semiárido na região conhecida como Além São Francisco, que é a região Oeste, com essa infraestrutura que temos hoje, ainda com carências, mas com muitos avanços. Lembraria ainda aos nobres colegas a questão da eletrificação no Estado da Bahia, de que não vou falar para trás, mas vou falar para a frente. Temos hoje em torno de quinhentas e tantas mil pessoas atendidas pela nossa matriz energética. Mas afirmo a V.Ex^{as} que se formos para os dados que estão arquivados na SEI, observa-se que a eletrificação na Bahia foi concentrada no Sul. O Sul do Estado era a região mais beneficiada por eletrificação, enquanto o nosso semiárido carecia de energia elétrica.

Meu colega, vizinho e amigo João Carlos Bacelar olha para mim com esse olhar indagativo demonstrando a possibilidade muito forte de desconhecimento desses dados. E é por isso que esses dados não são comparados. Porque as distâncias que separavam essas defasagens da população é monumental, deputado. Lembro-me que Itapé, a 24 km de Itabuna, tinha energia elétrica, em mil novecentos e antigamente. Lembro ainda que a Ceplac doava equipamentos odontológicos. E ainda hoje temos dificuldades em colocar dentistas no semiárido. Portanto é incomparável esse com o governo que temos atualmente com um atendimento gigantesco a essa população, já são um milhão e 800 mil famílias apenas no Bolsa Família. Há esse comparativo lá atrás, quando eram populações totalmente desassistidas.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Com a palavra o deputado Adolfo Menezes pelo restante do tempo.

O Sr. ADOLFO MENEZES:- Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, deputados Gaban e Kelly, ainda bem que a greve de ônibus acabou em nossa cidade. Foram muitos prejuízos e transtornos, ainda bem que foi curta. Aproveito, Srs. Deputados, para dizer da preocupação atual de todos nós, da população com essa desobediência de diversos setores. A lei diz claramente que os rodoviários deveriam manter 30% da frota nos horários normais e 70% no horário de pico. Tenho todo o respeito pelas categorias, manifestações e pelo Sindicato dos Rodoviários. Inclusive ocorre hoje, aqui na Casa, a manifestação dos docentes das Universidades Estaduais. Mas estamos num regime democrático.

O que não podemos aceitar é a desobediência ao que está determinado na lei. Ou é lei ou não é. E se existe a lei é para ser obedecida por todos. Isso é o que nos preocupa, deputado Joseildo, porque estão aproveitando esse período que o Brasil está com uma visibilidade maior, por causa da realização da Copa do Mundo. Ontem me perguntavam numa rádio, se esses que criticam, hoje, a realização da Copa do Mundo, esse que é o maior evento do esporte em nível mundial, o que estariam fazendo se, por acaso, o presidente Lula ou a presidenta Dilma não tivessem dado ouvidos e não tivessem feito com que o Brasil se habilitasse para realizar esse

importante evento, deputada Kelly.

Então, estou vendo que o Brasil está convulsionado, parece-me, em todos os setores. Isso só vai trazer mais prejuízo para este país. Estão aproveitando a realização desse megaevento para fazer protestos necessários, protestos desnecessários, às vezes com desordem, o que não devemos aceitar em hipótese nenhuma.

Tirando gastos exagerados e, às vezes, obras superfaturadas, como costuma acontecer neste país, acredito que o ganho com a Copa do Mundo vai ser muito maior. Tenho certeza que todos nós torcemos, claro, para que o Brasil seja campeão e que a Copa transcorra em paz, com alegria, como é a característica desse povo brasileiro. Para que o Brasil continue a ser visto, Sr^a Presidente, como é visto até hoje, um país de um povo acolhedor, respeitador e alegre.

Então, na minha opinião, o Brasil vai ganhar muito mais...

A Sr^a PRESIDENTE (Maria Luiza Laudano):- Para concluir, querido deputado.

O Sr. ADOLFO MENEZES:- A presidente está com pressa hoje. A presidente não quer deixar eu falar. V.Ex^a é da Fifa? Parece que a senhora é do time do Joseph Blatter.

Sr^a Presidente, vou obedecer V.Ex^a.

(Não foi revisto pelo orador.)

GRANDE EXPEDIENTE

A Sr^a PRESIDENTE (Maria Luiza Laudano):- Grande Expediente.

Com a palavra o orador inscrito, deputado Joseildo Ramos, pelo tempo de 25 minutos.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Sr^a Presidente, Srs. Deputados, estamos aqui, deputado Euclides, subindo a esta tribuna para fazer uma reflexão acerca de alguns temas sobre a discussão que, hoje, terá lugar nesta Casa, que é a indicação de Srs. Conselheiros para o Tribunal de Contas do Estado e dos Municípios. Serão 3 vagas. Ontem, na Comissão de Constituição e Justiça, tivemos a oportunidade de iniciar um debate que cabe como uma luva neste momento em que experimentamos o maior período da história recente do nosso país em que o estado de democracia se impõe como o estado democrático de direito, atravessando mais de 25 anos.

Precisamos discutir a reforma política com a devida profundidade em todo Parlamento brasileiro. Este Poder, o Poder Legislativo, que de todos os poderes é aquele que tem o olho da sociedade, os instrumentos da sociedade mais próximos interagindo, fiscalizando, arguindo, mas, sem sombra de dúvida, fazendo do Parlamento, entre os Poderes da República, aquele Poder que efetivamente está mais relacionado com o sentimento da população do nosso País. E a reforma política se impõe como mãe de todas as reformas estruturantes do Estado brasileiro, na sua jovem democracia.

Essa é uma causa importante que cala fundo, exatamente, no momento em que precisamos de instituições democráticas robustas. No momento em que o Estado

brasileiro tem de se afirmar – independentemente dos governos de plantão –, e assim todo o seu aparato, toda a sua estrutura e o sistema político vigente possam dar a tranquilidade para que haja equilíbrio das tensões naturais do ambiente político.

O sistema político em nosso País já se exauriu e não responde às nossas principais demandas, a começar pelo problema maior, que é o eleitoral. Mas desemboca na sub-representação – como falei há pouco no Pequeno Expediente – do Poder Legislativo em todos os níveis de governo, seja nas Câmaras de Vereadores, seja nas Assembleias Legislativas, seja no Congresso Nacional, nas suas duas Câmaras.

Sub-representação, porque o financiamento público de campanha ainda não é realidade; sub-representação, porque aquele que pode mais, do ponto de vista do financiamento privado da campanha, é quem coloca a sua representação no Parlamento brasileiro, deixando a incompatibilidade às claras. E as outras grandes causas, as outras grandes reformas deixam de ser trabalhadas exatamente pela sub-representação do Parlamento brasileiro.

Por exemplo, quase não se ouve mais falar na reforma agrária; não aquela reforma agrária que num momento histórico recente poderia ser tratada como imediata. Hoje, existem instrumentos objetivos, eficazes que poderão promover uma distribuição equitativa de recursos, meios de produção – no caso, a terra –, o crédito, a assistência técnica, a escola, a educação no meio rural, de maneira a fazer com que haja um freio no êxodo rural no País.

Mas que haja estímulo para que o setor primário da nossa economia tenha na agricultura familiar, até a produção da agricultura comercial do tipo *plantation*, as condições tecnológicas, as condições de produção que merecem ter. Se hoje o Brasil já é considerado um dos celeiros do mundo, imaginem o que faríamos se tivéssemos uma reforma agrária pertinente, objetiva, consentânea com o novo tempo, com o novo momento em que vivemos hoje.

Experimentamos um momento de plenitude no Estado Democrático de Direito, entretanto carecemos das reformas estruturantes. Falei da mãe de todas as reformas, a política, que é a reforma que o nosso partido defende com unhas e dentes. Mas também falei da reforma agrária, que não pode ser esquecida, bem como da reforma fiscal e tributária. Esta também é importante porque ela mantém o equilíbrio do pacto federativo, que está ferido de morte.

A titularidade maior das responsabilidades em todas as áreas de governo está no colo dos municípios, que têm todos os encargos, mas, em contrapartida, não têm o financiamento para cumpri-los. No bojo dessa discussão há a Lei de Responsabilidade Fiscal, que nasce no início dos anos 2000 claramente para possibilitar o pagamento da dívida consolidada do Estado brasileiro, principalmente dos municípios. Um verdadeiro torniquete para que os municípios não deixassem de pagar suas dívidas consolidadas, mesmo se considerando que, naquela época, só eram responsáveis por até 4% da dívida mobiliária nacional.

É um contrassenso, mas era e continua sendo um garrote para os municípios, que não podem se endividar, que não podem deixar de pagar sua dívida mobiliária,

sua dívida fundada, sua dívida consolidada de médio e longo prazos, que não podem exceder o patamar de 60% das receitas correntes líquidas para pagamento de pessoal. Municípios pequeninos como Uibaí, Aramarí, têm as mesmas obrigações que têm São Paulo, Camaçari, São Francisco do Conde, são colocados na mesma linha, no mesmo patamar de comparação.

A guerra fiscal e tributária que se impõe coloca municípios contra municípios, como inimigos, frente a frente, é insana.

Depois de 1988, a Constituição Cidadã, a Constituição moderna retirou as amarras que tínhamos no Estado, que não representava os anseios da maioria da população, no pós-1988, quando houve a equalização de importância entre o Estado, o Município e a União. A partir de 1988 começaram a ser criadas no País contribuições, taxas e outras, para fazer convergir receitas para a União, fazendo com que a concentração da arrecadação fiscal acontecesse na direção da União, em detrimento dos municípios, em detrimento dos estados brasileiros.

Hoje, essa concentração está na casa de 63% a 66%, ficando em torno de 25% para os estados. E a menor parte fica para os municípios. Quase 90% dos municípios brasileiros, principalmente os nordestinos, os baianos, sobrevivem às expensas do FPM.

Não dá para fazer um Brasil melhor, pleno de oportunidade, não dá para haver capilaridade de oportunidades com esse pacto tributário: quase tudo na mão da União do ponto de vista do financiamento, da concentração do poder fazer, mas nada à disposição dos municípios. Estes têm muita responsabilidade sobre seus ombros, entretanto não têm o financiamento para fazer andar os grandes programas – tenho certeza disso – que estão transformando este País.

Programas na educação, na assistência social, na saúde, que têm financiamento fonte a fonte, que não têm intermediação político-partidária no processo. Mas o município não tem como responder a essa responsabilidade se não fizermos, urgentemente, essa outra reforma estruturante, que é a reforma fiscal e tributária.

É no bojo dessa discussão que temos, hoje, neste momento, uma discussão acerca da indicação dos membros das Cortes de Contas dos Municípios e do Estado da Bahia. Essa é uma discussão oportuna no instante em que as grandes reformas, infelizmente, não tiveram lugar neste País.

Haveremos de continuar a discussão aqui.

À medida que os governos se sucedem, têm a prerrogativa, que o atual sistema político lhes oferece, de indicar, de fazer a negociação com aqueles que lhe dão sustentação no Parlamento acerca da indicação dos componentes das Cortes de Contas. A princípio, isso poderá significar que o governador de plantão terá ao seu dispor aqueles conselheiros que lhe serão mais condescendentes, mais parceiros, em detrimento dos outros governos lá na frente. Precisamos dar resposta para que cuidemos desses cargos que, efetivamente, fazem parte da estrutura de um Estado perene, que pode avançar por décadas a fio, independentemente dos governos de plantão. Essa discussão que se impõe, hoje, aqui com quatro nomes que nasceram na política, quatro deputados, sejam estaduais ou federais, que estão preparados para se

desincumbir das tarefas de conselheiros. Mas com essa contradição de um sistema político, de uma estrutura de Estado que já não mais responde aos anseios da modernidade, já não responde mais à realidade do arcabouço jurídico moderno que está à disposição do nosso País.

Deveremos, pois, aproveitar este momento para travar uma discussão sadia, para que Oposição e Situação possam esgrimir suas razões, aprofundar suas diferenças e trazer às claras as divisões. A dialética das posições entre nós não afasta as pessoas, mas exhibe, como instrumento da sociedade, a forma que temos de debater aquilo que nos diz respeito, e aquilo que nos deixa ser considerado de primeira prioridade. Acho que esse é o momento ímpar, singular para que possamos tratar dessas reformas estruturantes que haveremos de clamar por muito tempo.

Sr. Presidente, é oportuno salientar que nós estamos trabalhando com o apoio fundamental de vários dos pares nesta Casa, quase que a totalidade dos companheiros e companheiras, deputados do Parlamento baiano, em prol da criação da Universidade Federal do Nordeste da Bahia. Vejo como muita alegria que a maioria dos deputados subscreveu uma indicação à presidente Dilma que vai nessa direção. Depois do presidente Lula, ela está consolidando a interiorização das oportunidades do ensino superior, a interiorização das oportunidades de mudança do perfil socioeconômico da sociedade brasileira, principalmente nos rincões do sertão Nordestino, do sertão baiano, neste quadrante Nordeste que, sem sombra de dúvida, é o maior vazio territorial e não tem a presença de uma instituição federal de nível superior.

É a congregação da maioria dos deputados e já há sinalização por parte do senador Walter Pinheiro, da senadora Lídice da Mata, do governador do Estado, Jaques Wagner, do presidente deste Poder, Marcelo Nilo, e do conjunto dos deputados desta Casa. Na próxima semana, presidente Marcelo Nilo, haveremos de estar, aqui, com a representação da Comissão Interterritorial de Mobilização pela implantação da Universidade Federal do Nordeste da Bahia para, numa solenidade com V.Ex^a, celebrar esse momento, a simbologia em que a Casa das leis na Bahia está abraçando, uma causa que mudará o perfil socioeconômico de uma região que foi relegada a enésimo plano, a região Nordeste da Bahia. A região Nordeste da Bahia é plena de oportunidades, é uma região que tem condição de produzir, que tem tecnologias estabelecidas, que tem saberes seculares que não estão sistematizados e que tem a sua disposição a caatinga, bioma que é único no Semiárido mais habitado do planeta. É nessa região que nós, todos os deputados da Oposição e da Situação, abraçamos essa iniciativa para mudar, definitivamente, as oportunidades, a capilaridade das oportunidades do sertão nordestino.

Achamos que já era quase tarde, que já era um momento em que a Bahia, hoje... A Bahia é o terceiro ou quarto Estado em população no nosso País, mas que conviveu, durante mais de seis décadas, com apenas uma universidade federal, a Universidade Federal da Bahia, onde eu tive o orgulho de estudar e de me formar. Depois de 65 anos, nasce a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Na época, na qualidade de prefeito do município de Alagoinhas, eu pude apoiar e cerrar fileiras

com aqueles que se congregaram numa luta que se transformou em êxito total.

Hoje, a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia é uma realidade. Durante sete anos e meio de existência, essa universidade já introduziu na economia do Recôncavo do nosso Estado mais de R\$ 1 bilhão e 100 milhões, boa parte em investimentos em manutenção da sua estrutura e em salário de bons técnicos, de bons profissionais nas áreas operacional e administrativa e de um bom corpo docente, levando luzes para o interior do Estado da Bahia. O Recôncavo estava, há bem pouco tempo, com poucas opções de fazer valer as suas tradições históricas. O Recôncavo sustentou, durante muito tempo, o Estado da Bahia através da cultura da cana-de-açúcar no seu massapê, terra de alta fertilidade natural que trouxe o desenvolvimento à Bahia. Foi a partir do cultivo da cana-de-açúcar que veio a ferrovia.

Completamos 165 anos de ferrovia no Estado da Bahia, que, hoje, também está sofrendo com o ataque e com a possibilidade de ver desativado todo aquele traçado histórico que unia a nossa capital ao porto fluvial de Juazeiro, que unia Juazeiro e Petrolina, Bahia e Pernambuco, que fez os municípios litorâneos colocarem a sua sede de costas para o mar, mas de frente para o traçado ferroviário e que levou para os sertões o desenvolvimento. Hoje, esse traçado corre risco com a malfadada Resolução nº 4131 da ANTT, que prevê a desativação da ferrovia que sai do porto de Salvador para Juazeiro/Petrolina, e que sai do porto de Salvador, no entroncamento ferroviário de Alagoinhas, na direção de Aracaju. Essa é uma ação nefasta. Nós que somos, aqui, caudatários desse governo que ajudamos a construir, solicitamos a reflexão do Ministério dos Transportes no sentido de rever, de consultar a inteligência histórica, a memória ferroviária, que ainda temos no Estado da Bahia, para que a atitude da ANTT não possa vir amanhã a ser uma atitude que venha provocar lamento, prejuízo.

Depois dos anos 90, quando aconteceu a concessão dos serviços públicos estruturantes, concedeu-se para a Ferrovia Centro Atlântica (FCA) a possibilidade dela operar a ferrovia, nessa parte do país. Hoje, ela está prestes a devolver a via permanente ferroviária em completo abandono, em completo sucateamento. Do mesmo jeito que a infraestrutura, os imóveis, os equipamentos, os implementos, também dos serviços de telecomunicações, poderão ser devolvidos para a União completamente sucateados.

Então é neste momento, onde cabe reflexões históricas, estruturantes, que este Parlamento deve se debruçar. Neste momento, em que estamos, aqui, a escolher os três membros para o Tribunal de Contas dos Municípios e para o Tribunal de Contas do Estado, devemos refletir acerca do antagonismo, das contradições deste sistema político que não atende, de forma nenhuma, os interesses primeiros da população do lugar.

Falamos aqui do Parlamento que, infelizmente, pouco tem se ocupado dos grandes temas, das grandes discussões que se impõem para que tenhamos a oportunidade de seguir brilhando, enquanto baianos. Plenos de oportunidades, neste Estado onde a negação de direitos, infelizmente, tem sido palavra de ordem.

Portanto, meus companheiros, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a nossa presença

aqui na tribuna foi para lembrar desses temas que deveremos nos ocupar, nesse momento oportuno. Dentro de pouco tempo, haveremos de fazer as reformas estruturantes em nosso país.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Srs. Deputados, conforme acertado ontem, vamos iniciar as votações às 16h.

Vou zerar o painel, para haver o quórum, tendo em vista que deve ser um quórum qualificado.

Zere o painel.

Srs. Deputados que queiram votar marquem as suas presenças.

ORDEM DO DIA

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):-Vamos iniciar a votação. Requerimento nº 8.148/2014 para conselheiro do Tribunal de Contas do Estado. Temos um candidato único, o deputado João Bonfim. **(Publicado no DL em 16/04/2014)**

Gostaria de informar aos Srs. Deputados que, na hora da votação, não ficará ninguém aqui em cima. Peço licença ao meu querido amigo, deputado Adolfo Menezes.

Na hora da apuração vou solicitar a presença, aqui em cima, de um deputado do governo para fiscalizar os votos. A Ordem do Dia, já está anunciada. Eu gostaria que os deputados ficassem no plenário.

Está faltando o deputado João Bonfim que é o candidato para saber se ele quer usar a palavra.

Vamos iniciar a votação. Deputado Zé Neto, convoque a sua bancada porque vai iniciar a votação. Faltam marcar as suas presenças para votação 32 Srs. Deputados.

Srs. Deputados, o que nós acertamos foi o seguinte: em cada votação falará um deputado do Governo e um deputado da Oposição.

Deputado Elmar Nascimento...

O Sr. Targino Machado:- Pela ordem, excelência. Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE(Marcelo Nilo):- Darei a questão de ordem.

Veja bem, combinamos aqui que serão três votações. Em cada votação, falará o candidato, se quiser, e falará um membro do Governo e um membro da Oposição. Aí falarão três de cada lado e os candidatos que quiserem.

A primeira votação é do deputado João Bonfim. Quem V.Ex^a indica para falar nesse momento? Vejam bem, são três daqui, três daqui. Da Base do Governo a deputada Ivana Bastos pediu para falar. O deputado Paulo Câmara e o deputado Rosemberg Pinto também. São os três da Base do Governo? Deputada Ivana Bastos, deputado Paulo Câmara e o deputado Rosemberg.

O Sr. Targino Machado:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE(Marcelo Nilo):- Pois não, deputado, só um segundinho.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Só um segundinho. Vamos ouvir o deputado Targino, por favor.

O Sr. Targino Machado:- Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não, meu querido. Estou ouvindo-o. Srs. Deputados, silêncio, por favor. Vamos sentar. E façam silêncio, por favor.

O Sr. Targino Machado:- Por maior respeito que eu tenha ao Líder das Oposições, e reconheço nele estatura pessoal, envergadura moral e também o caráter de Líder da nossa Bancada, não preciso nem posso abrir mão ou delegar ao deputado Elmar prerrogativas que são minhas por delegação popular. E não posso passar por cima...

Deputado Gaban, estou dirigindo a minha questão de ordem a S.Ex^a o Presidente e preciso da atenção dele.

Não posso delegar prerrogativa regimental. É uma prerrogativa do meu mandato me inscrever para discutir. Já me inscrevi. Se V.Ex^a vai conseguir junto com os Líderes retirar ou convencer outros a não discutir, é um problema dessas Lideranças com outros parlamentares. Mas não delego minhas prerrogativas a ninguém. Elas são um direito regimental. Quero fazê-las valer. E V.Ex^a, que é a figura, o defensor da legalidade, tem nas mãos a obrigação de proteger e zelar pelas leis nesta Casa.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Refiro-me à questão de ordem de V.Ex^a. É óbvio que foi um acordo, e este eu só posso fazer se os deputados concordarem. Mas não posso negar-lhe a questão de ordem.

O Sr. Targino Machado:- Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Srs. Deputados, falta marcarem as presenças os deputados Aderbal Caldas, Alan Sanches, Álvaro Gomes, Angela Sousa, Bira Corôa, Cacá Leão, Delegado Deraldo Damasceno, Herbert Barbosa, João Carlos Bacelar, Jurandy Oliveira, Maria del Carmen, Zé Raimundo, Yulo Oiticica e Paulo Azi.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Targino Machado, pelo tempo de até 20 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Targino Machado, pelo tempo de até 20 minutos.

O Sr. TARGINO MACHADO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, Srs. da Imprensa, Srs. das Galerias, senhores que nos assistem pela *TV Assembleia*, cheguei a esta Casa em 1995, eleito que fui no pleito de 15/11/1994. à época pelo Partido Democrático Trabalhista, o PDT. Cheguei à Assembleia trazido pela vontade soberana do povo da Bahia para exercer o mandato de deputado estadual, que nada mais é do que uma delegação para representar a tantos quantos me confiaram o seu voto. De igual modo aconteceu com o deputado João Bonfim, que na mesma oportunidade tomou posse junto comigo e mais 61 deputados.

É motivo de satisfação poder apreciar e julgar aqui hoje, nesta tarde, uma indicação puro-sangue trazida pelos Srs. Deputados a esta Casa. Hoje fico feliz por

ela ter tomado juízo. Ninguém pode ter a autoridade de transformar esta Casa em bonecos de marionetes. Foram, se não me engano, mais de 40 assinaturas indicando o nome do nosso deputado João Bonfim para concorrer a uma vaga ao Tribunal de Contas do Estado.

Quero dizer que precisamos que este exemplo faça escola nesta Casa. Precisamos deixar registrado este momento histórico, deputado Paulo Azi, momento que nós todos percorremos. O conjunto de deputados está cumprindo o seu *mister*, indicando um membro seu, embora esta Casa tenha a autoridade de, sem influência externa, indicar qualquer outro nome. Mas, como o nome indicado recai sobre a figura de um bom colega, ele aqui vai deixar saudade se for aprovado. E tenho certeza que será.

Deputado Jurandy Oliveira, a única vez que celebrei nesta Casa a unanimidade foi com V.Ex^a naquela sua disputa por um cargo da Mesa. Disputa acirrada entre Antonio Honorato e Isaac Marambaia pela Presidência, e o senhor foi o único que conseguiu ter 63 dos 63 votos nesta Assembleia. Eu imaginava que em uma Casa plural pudesse assistir a isso novamente. Estou tocado pela esperança de ver repetir-se nesta Casa a unanimidade. Assim como com V.Ex^a a unanimidade não foi burra, com o deputado João Bonfim de igual modo não o será.

Parabéns ao Parlamento. Estou cumprindo o meu dever, pois penso que quando é preciso criticar, não precisamos abrir mão da crítica por pedido de ninguém. Não podemos abrir mão da crítica, por mais importantes que sejam as pessoas que trazem os pedidos. E são. Mas mais importantes do que as pessoas ou os pedidos são a dignidade, a consciência, os princípios de cada um.

Estou norteado em todos os princípios, menos no princípio do coleguismo, porque não faço parte de corporativismo algum. Não faço parte de casa de prima e nem de compadrio. Não estou aqui para me solidarizar com o deputado João Bonfim somente, mas para, de uma forma maior, me solidarizar com esta Casa.

Parabéns a esta Assembleia Legislativa da Bahia, sucesso, com saudade, deputado João Bonfim.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra a deputada Ivana Bastos.

A Sr^a IVANA BASTOS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sr^{as} Deputadas, amigos presentes às Galerias, Srs. da Imprensa, venho a esta tribuna para esclarecer alguns assuntos que discutimos esta semana e também para dizer ao deputado João Bonfim que tivemos divergências por militarmos em uma só região, a região de Guanambi. Tivemos divergências, pois quando cheguei a esta Casa, cheguei para representar uma região junto com V.Ex^a.

Venho lhe dizer, como disse na última reunião, que votarei no senhor. Tenho certeza que o senhor dignificará a Bahia e a nossa região no Tribunal de Contas, que o senhor exercerá o seu mandato de conselheiro com seriedade, dignidade, como o senhor exerceu o seu mandato de deputado. Se alguma coisa aconteceu, vamos deixar

no passado. Fica o respeito.

João Bonfim, quem ganha é a nossa região, quem ganha é Guanambi, Brumado e toda a região por ter um conselheiro, filho de lá, nos representando. Então, queria esclarecer de coração aberto: vamos em frente, sucesso, seja feliz. Tenho certeza de que V.Ex^a alcançará os seus objetivos.

Política é isso. Na política há divergência, há mal-entendido, picuinha, fofoca. Mas aqui também há a seriedade de que você está apto para o cargo. Com certeza, a nossa região inteira irá aplaudi-lo e desejar sucesso.

Sucesso, deputado.

Muito obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Fabrício Falcão.

O Sr. FABRÍCIO FALCÃO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, meu boa-tarde. Na verdade, esta Casa nesta tarde, após indicação, vai expressar o voto secreto dos Srs. Deputados e Sr^{as} Deputadas para duas vagas no Tribunal de Contas do Estado e uma vaga no Tribunal de Contas dos Municípios. E muitas pessoas sequer conhecem ou sabem qual é o papel e a importância que têm esses tribunais para a sociedade.

Os Tribunais de Contas são órgãos reguladores, acompanhadores da ação do Executivo. Esses órgãos dão acompanhamento na análise das contas dos gestores – o TCE das do gestor estadual e dos seus secretários; e o TCM é o que dá o parecer para envio das contas à apreciação das Câmaras de Vereadores. Então são órgãos técnicos auxiliares desta Casa.

Muita gente acha que o Ministério Público é um quarto Poder, que é o Tribunal de Contas é um quinto Poder do Estado. Mas não. Os tribunais de contas são órgãos auxiliares das casas legislativas, o deputado não é obrigado a ser advogado, a ser contador. Mas na função dele de fiscalizar e aprovar as contas do Poder Executivo, esses tribunais têm essa função, com os seus conselheiros, porque são órgãos técnicos, são órgãos políticos, é verdade, porque são indicados por nós, e as consultorias técnicas.

Nesse caso aqui hoje a Casa está dando o seu voto à eleição dos três novos conselheiros que assumirão. Aqui, há indicação do nobre deputado federal Mário Negromonte, deputado por quem o meu Partido tem respeito. O deputado Zezéu Ribeiro, um dos deputados mais atuantes do Estado da Bahia, do Partido dos Trabalhadores, deputado amigo, temos bastante confiança, deputado experiente em mais de 20 anos. Temos também a indicação de um dos deputados mais antigos desta Casa, colega de legislatura, que é o deputado João Bonfim.

Quando o deputado João Bonfim nos trouxe a lista para indicar o seu nome, fui um dos primeiros a assinar, tendo em vista a confiança no seu nome, o respeito a ele como colega, deputado experiente e qualificado. Acho que apesar de os tribunais serem indicações políticas, mas precisamos ter comprovação técnica, de lisura, de

seriedade e de caráter das figuras a serem votadas por nós.

Nesse aspecto, eu, deputado Fabrício Falcão, do PCdoB, a deputada Líder da nossa Bancada, e aqui falo por mim e por ela, porque represento o nosso Partido, e ela me deu a condição de vir falar hoje, e o deputado Álvaro Gomes, nós confirmamos o nosso voto nesses colegas de forma que temos consciência do seu papel e que ali estarão a representar, de forma equilibrada e ética, aquele tribunal na questão da prestação das contas.

O Sr. Euclides Fernandes:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. FABRÍCIO FALCÃO:- Então aqui, deputado João Bonfim, tanto o deputado Negromonte como o deputado Zezéu têm a confirmação do nosso apoio para essa votação no dia de hoje. Sabemos que serão pessoas que honrarão a indicação nesta Casa. Nesse sentido, colocamos que o nosso Partido, de forma uniforme, dará um sim no dia de hoje.

Antes de encerrar, o deputado Euclides Fernandes pediu um aparte.

O Sr. Euclides Fernandes:- Deputado Fabrício Falcão, incorporo o meu pronunciamento ao de V.Ex^a, tendo em vista que está em pauta neste momento o preenchimento da vaga do Tribunal de Contas do Estado do Conselheiro Filemon Matos, que tem como único postulante o deputado estadual João Bonfim.

Então eu queria deixar para esta Casa a admiração que tenho por esse nobre deputado estadual. Ele que tem realizado um excelente trabalho na Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, como deputado, frente, principalmente, à Comissão Territorial, com vários mandatos de deputado estadual experiente, que atende todos os critérios exigidos pela Constituição Federal para assumir essa vaga.

Tenho certeza, meu caro Fabrício, de que a Assembleia Legislativa vai perder com a aprovação do nome de João Bonfim para o Tribunal de Contas do Estado, pelo muito que ele representa para este Poder como deputado estadual e para a sociedade baiana. Mas, com certeza, fica a certeza de que ele lá como conselheiro do Tribunal de Contas do Estado para ficar trabalhando na fiscalização, no exame das contas de S.Ex^a o governo do Estado, ele vai realizar um bom trabalho para a sociedade baiana.

Através de seu pronunciamento, quero desejar sucesso a essa nova missão que vai encarar o meu querido amigo, deputado estadual João Bonfim.

O Sr. FABRÍCIO FALCÃO:- Sr. Presidente, encerro aqui a minha fala incorporando a fala do nobre deputado Euclides Fernandes ao meu pronunciamento.

Muito obrigado. Uma boa-tarde a todos.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. Pastor Sargento Isidório:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Pastor Sargento Isidório.

O Sr. Pastor Sargento Isidório:- Sr. Presidente, Srs. Deputados e Deputadas, quero parabenizar a fala da deputada Ivana Bastos, de igual modo também a fala do nosso companheiro deputado do PCdoB, e dizer a João Bonfim, o nosso já conselheiro – nós somos profetas... Lembrei-me de ontem quando alguém disse que o

Senado já é parecido com o céu e o Tribunal de Contas do Estado é como se fosse a antessala do céu. Então, como ele está indo para um local parecido com o paraíso, pelos seus merecimentos, pelos seus méritos, e honrará a Bahia e este Parlamento, eu quero pedir ao conselheiro João Bonfim que, chegando lá no Tribunal de Contas do Estado, no novo paraíso, lembre-se de nós. Lembre-se de nós quando chegar no paraíso.

Muito obrigado, que Deus o abençoe.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Antes de passar a palavra para o próximo orador, lembro que estão faltando marcar as presenças seis Srs. Deputados.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o Sr. Paulo Câmara.

O Sr. PAULO CÂMERA:- Deputado João Bonfim, V.Ex^a como nosso candidato e com experiência nesta Casa de quase 20 anos e com sua experiência profissional no Banco do Brasil vai enriquecer muito as análises governamentais das nossas contas, para sairmos daquela mesmice do carimbo e fazer, por exemplo, o que já está começando a ser feito, as análises dos projetos, dos conteúdos dos projetos e da vivência política que V.Ex^a leva pra lá e que começa a consolidar a vaga que é da Assembleia Legislativa da Bahia.

V.Ex^a, como sendo, salvo engano, o terceiro deputado, coloca de forma quase que definitiva que as vagas do Tribunal de Contas do Estado distribuídas constitucionalmente devem ser apontadas por esta Casa. E quero, antes de tudo, colocar que V. Exa, que vai ter uma expressiva votação hoje, inclusive com a minha contribuição, deve-nos defender dos exageros que os tribunais fazem, de uma forma geral, com parlamentares e, de certa forma, com gestores. Com sua nova visão, acompanhada pelo atual presidente, que é um presidente moderno, Dr. Inaldo, pode-nos levar a um processo de inovação e de renovação, principalmente naquela casa.

Mas queria colocar para os colegas, já comentei com alguns, é a questão da não partidização das cadeiras dos nossos tribunais. As vagas, como conversava com alguns deputados, vamos ter nos próximos anos duas vagas, são da Casa. Elas não são do partido. Por exemplo, olho para o deputado Nelson Leal e acho que ele tem cara e pinta de conselheiro, e preparo, mas, se partidizar, ele jamais será um conselheiro. Ele e tantos outros.

É isso que eu queria alertar para o futuro, em especial, a partir de 2015.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado J. Carlos.

O Sr. J. CARLOS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, estive mais cedo nesta tribuna, mas queria agora dizer que esta é uma tarde de felicidade para nós. Estaremos votando e indicando três grandes deputados ao Tribunal de Contas dos Municípios e do Estado. O nosso companheiro e amigo João Bonfim pode contar com a nossa Bancada do Partido dos Trabalhadores, que vai votar maciçamente em V. Exa, no deputado Zezéu Ribeiro e no deputado Mário Negromonte. Este eu conheço há muito tempo e deixei por último, Sr. Presidente.

Deixei para falar dele por último porque foi um companheiro que foi secretário dos Transportes e, naquela época, teve um papel muito importante para a cidade de Salvador. Nós negociamos por diversas vezes com ele, sabíamos da sua coerência, como tratava a cidade e agora vai tratar do Estado. Ele está indo para conselheiro do Tribunal de Contas dos Municípios, mas sabemos que podemos contar com ele justamente na sua firmeza, na sua justeza, quando ele estiver julgando as contas como devidamente devem ser julgadas. Sem criar obstáculos, e sem reprovar contas por causa de um real.

Deixei por último, deputado Mário Negromonte Filho, porque há poucas horas esta cidade estava parada. Esta cidade estava com uma greve dos rodoviários, e quem ouviu algumas rádios de Salvador viu como fomos linchados, o deputado J. Carlos e o vereador J. Carlos Filho. Mas eles falavam porque não entendem o que é democracia. Democracia, por divergir de uma proposta pontual, como foi na assembleia dos rodoviários, eles diziam que tínhamos perdido o comando. Eles diziam que as lideranças tinham acabado e que o nosso presidente Hélio Ferreira tinha perdido o comando e não sabia como acabar a greve. Mas quem entende, como o seu pai, que foi deputado e secretário dos Transportes, sabe que nós nos bastidores estávamos trabalhando para acabar a greve e dar o presente que a sociedade baiana queria, que era o fim da greve. Trabalhamos junto com a Prefeitura, ao lado do prefeito do município, trabalhávamos com o governador do Estado para arranjarmos uma saída para o fim da greve dos rodoviários .

Mas fomos linchados. Hoje, principalmente durante a manhã, melhor, o dia inteiro, nós fomos linchados: tanto eu quanto J. Carlos Filho. Disseram que nós havíamos perdido a liderança.

E, aqui, vai um recado. Eu disse ontem. Quero ver eles falarem amanhã na rádio. Eu disse ontem, em uma entrevista, que o nosso companheiro Hélio Ferreira, presidente do sindicato, sairia nos braços do povo. E ele saiu carregado da assembleia hoje.

Isso é conhecimento. Isso é saber que divergir não é dividir. Isso é saber que a categoria tem o direito de divergir da direção e divergiu no momento quando foi colocada uma proposta e a mesma não foi aceita. Mas nós assumimos o comando. O companheiro Hélio Ferreira assumiu o comando e fez com que as coisas acontecessem.

Nós estávamos nos bastidores. Nós não estávamos dormindo não! Estávamos varando a madrugada junto ao governador e varando a madrugada junto ao prefeito de Salvador para que pudéssemos achar a saída! E nós a achamos!

Então, queria parabenizar, aqui, o governador do Estado. Gostaria de informar que ele foi uma peça fundamental para que pudéssemos acabar com esta greve. Gostaria de dizer ao prefeito desta cidade, mesmo sabendo que estamos de lado opostos, que ele está de um lado e nós, do outro. O prefeito de Salvador foi peça fundamental para que pudéssemos acabar com esta greve em nossa cidade.

Não tenho vergonha de dizer isso não! Vejam, o que estava em jogo era a cidade e o que estava em jogo era a categoria dos rodoviários! E eu chegar aqui e

ficar com vergonha de dizer que o prefeito de Salvador contribuiu para que pudéssemos acabar com a greve dos rodoviários? Não! Não tenho vergonha de dizer a verdade!

Aqueles que diziam, durante manhã, usavam o microfone, pois eles têm o microfone durante 24 horas para fazer o que querem e para falar o que querem. Eles dizem, às vezes, para ganhar a audiência. Quanto mais greve na cidade de Salvador, mais a audiência deles subia.

Mas nós somos diferentes. Nós não precisamos de microfones. Precisávamos, apenas, de diálogo. Precisávamos, apenas, falar com o prefeito! Nós precisávamos, apenas, falar com o governador para que pudéssemos arranjar uma saída para uma categoria sofrida e uma categoria que merece o que está sendo pedido.

Hoje, esta categoria está de parabéns e sai desta greve unida, direção e categoria unidas, porque divergir não é dividir! Aprendam isso! Vocês, da comunicação, bateram na gente: o deputado estadual J. Carlos e J. Carlos Filho! Aprendam que divergir é um direito da democracia. E, hoje, nós mostramos para a sociedade que levamos muito pancada pela manhã. Mas, ao meio-dia, estávamos dando o resultado que a sociedade queria, qual seja, o fim da greve.

Vamos à votação pois, para a gente, ela é importante.

Um abraço, presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Nelson Leal. Posteriormente, falará o deputado João Bonfim.

O Sr. NELSON LEAL:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Deputados, membros da imprensa, funcionários da Casa, meu pronunciamento é, extremamente, rápido. Queria dizer que este nosso mandato foi fundamental para criar, nesta Casa, uma cultura onde os deputados estaduais irão para os Tribunais de Contas nas vagas desta Casa.

Assim aconteceu com o conselheiro Gildásio Penedo Filho e, agora, está acontecendo com o futuro conselheiro João Bonfim.

Aqui, aproveitando as palavras do deputado Paulo Câmara, quero dizer ser fundamental que qualquer um dos parlamentares, com assento nesta Casa, pode sonhar em, também, poder desenvolver um trabalho que, sem sombra de dúvidas, enriquece não só o tribunal, mas também a Bahia.

Essas minhas palavras são direcionadas, primeiro, ao colega João Bonfim que, tenho certeza absoluta, é preparado e qualificado para tal cargo. Nós estamos mandando mais um membro que tem muito critério, muita capacidade, muita competência e irá ajudar a abrilhantar aquele colegiado.

Mas quero continuar defendendo a tese de que as vagas da Assembleia Legislativa, de agora em diante, terão de ser ocupadas por parlamentares daqui desta Casa. E, também, deputado Paulo Câmara, isso é importante ressaltar. Acho que, a cada dia que passa, nós desmitificamos a situação de partidos. Eu acho que, hoje, estamos olhando muito mais para as pessoas do que para os partidos.

Então, prezado conselheiro João Bonfim, tenha toda a sorte, lá, naquele tribunal.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado João Bonfim.

O Sr. JOÃO BONFIM:- Sr. Presidente Marcelo Nilo, Srs. Deputados, Sr^{as}. Deputadas, queridos amigos que ocupam as galerias desta Casa, assomo, com muita alegria, a esta tribuna após ter tido o meu nome referendado pela Comissão de Constituição e Justiça e, agora, neste momento, submetido à apreciação dos Srs. Deputados para ocupar uma vaga no Tribunal de Contas do Estado da Bahia.

Sei que esta semana, principalmente, foi de muita angústia para mim. Foi uma semana em que as discussões se estenderam até às altas horas da noite, deixando, muitas vezes, o meu querido Líder e o meu querido presidente preocupados com a possibilidade de termos, aqui, uma votação não tão expressiva como ele queria.

Vejam, o deputado Marcelo colocava, o tempo todo, que a minha candidatura, por ser uma candidatura da Casa, por ser originária da vontade deste Parlamento, era referendada por ele e deveria ter, obrigatoriamente, não só a maioria absoluta necessária, mas, acima de tudo, uma votação 100% a favor, ou, no mínimo, bem próxima a 100% dos presentes neste Plenário.

Quero lhe dizer, deputado Marcelo Nilo, que estou muito confiante de que isso vai acontecer, porque, pelas diversas manifestações ouvidas, por tudo o que nós pudemos construir durante esses 19 anos e meio de mandato, aprendi, também, a conhecer esta Casa e aprendi a conhecer o seu sentimento.

Sei que, neste momento, Deus está olhando por mim e poderá me movimentar do Salmo 3 que, durante vários dias, foi a minha leitura diária para outo do Salmo que poderá dar um conforto maior, pois passarei a meditar a partir da conclusão desta votação. Deputado Pastor Isidório, quero me mudar do Salmo 3 para o 21, porque quero ter o conforto de saber que, realmente, Deus estava olhando por mim.

Quero concluir as minhas palavras dizendo que, lá, no Tribunal de Contas do Estado, vocês terão, eternamente, um colega, um amigo que aprendeu a respeitar cada um de vocês com as diferenças peculiares ao ser humano, com as diferenças político-partidárias, mas sabendo que todos, que chegam a esta Casa, são pessoas respaldadas pela vontade popular e que estão me conduzindo para aquele Tribunal como representante do povo.

Lá, deverei continuar exercendo o meu papel como bem o fiz no Banco do Brasil. E, aqui, tenho a consciência tranquila de que realmente cumpri o meu papel. Tenho orgulho de saber que muito embora, em alguns momentos, nos sintamos impotentes, em alguns momentos nos sintamos enfraquecidos pelas condições, pelas regras que regem este Parlamento, pelo engessamento que o Parlamento tem em função da Constituição cidadã de 1988, que tirou das Assembleias quase todas as prerrogativas, mesmo assim, nós ainda conseguimos construir algumas coisas. Muitas vezes por indicação e, outras vezes, pela persistência e pela compreensão dos parlamentares nesta Casa, eu consegui ver aprovadas aqui proposições que puderam

contribuir com o bem-estar, com a qualidade de vida do povo brasileiro.

Quero deixar aqui registrada a minha gratidão aos deputados que compuseram a Comissão de Assuntos Territoriais e Emancipação desta Casa, que me ajudaram a construir, junto com a equipe técnica da SEI e do IBGE, um projeto de lei que permitiu resgatar uma dívida de mais de 20 anos que o governo tinha com os municípios e com as comunidades que viviam nas áreas limítrofes dos municípios, as quais, muitas vezes, ficavam relegadas ao abandono, porque, pela indefinição dos limites, eles não sabiam a que município estavam vinculadas. O sentimento de pertencimento daquelas comunidades não era respeitado e, muitas vezes, por descaso das autoridades, nem um município nem o outro atendiam àquelas comunidades. E nós conseguimos fazer aqui, a quatro mãos, um projeto de lei que permitiu que o governo da Bahia e a Assembleia Legislativa do Estado da Bahia revisassem o limite de todos os municípios do Estado.

Estamos concluindo esse grande projeto, que tem o mérito de ter sido originário nesta Casa, que tem o mérito de ter sido discutido nesta Casa, de ter sido aprovado nesta Casa e sancionado pelo governador Jaques Wagner, que, com sua visão de estadista, entendeu que era preciso, sim, fazer esse enfrentamento e corrigir essa demanda, que era de todos os gestores, que, muitas vezes, cometiam improbidade administrativa, investindo em territórios que não pertenciam ao seu município, mas eram obras que precisavam ser feitas para atender a comunidades carentes.

Então, Sr. Presidente, estamos aqui, hoje, somente para agradecer e reafirmar o meu compromisso com este Parlamento e com o povo da Bahia. Agradecer ao povo, agradecer a Deus e, de forma especial, à minha família, à minha mulher, aos meus filhos e, agora, ao meu querido netinho João Guilherme.

Um abraço e um beijo para todos vocês.

O Sr. Marquinho Viana- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não.

O Sr. Marquinho Viana:- Só para incorporar ao discurso do nobre deputado João Bonfim, que teve nestes 19 anos e meio de trajetória parlamentar uma vida limpa e, com certeza, nobre deputado, irá concluir o seu destino também no TCE com sua reputação limpa. Parabéns, deputado, tenho certeza deque os 63 votos serão dados para conduzir V.Ex^a ao Tribunal de Contas do Estado.

Um abraço, deputado.

(Não foi revisto do orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Srs. Deputados, nós vamos começar a votação. Eu gostaria de pedir ao 1º secretário, deputado Paulo Azi, e ao 2º secretário, deputado Rogério Andrade, para sentarem aqui ao meu lado. (Pausa)

Enquanto o deputado Rogério não chega, o deputado Fabrício Falcão, que é o 3º Secretário, permanecerá aqui sentado.

Vamos começar a votação.

O Sr. Sidelvan Nóbrega:- Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não, deputado.

O Sr. Sidelvan Nóbrega:- Sr. Presidente, quero pedir a V.Ex^a que permaneçam na Mesa somente os deputados que são 1º e 2º secretários para que possamos efetuar a votação com mais tranquilidade.

Obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Ficou acertado ontem que quando todos votarem eu espero 10 minutos.

A cédula foi rubricada pelo presidente e pelo 1º secretário, deputado Paulo Azi. Quem quiser votar no deputado João Bonfim, marque um x. É maioria absoluta, tem de ter 32 votos sim.

(O Sr. Presidente procede à chamada para votação.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Peço ao deputado Fabrício Falcão para ocupar a Presidência enquanto voto.

Srs Deputados, prorrogarei a sessão por 3 horas. Os Srs Deputados que aprovam a prorrogação permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovada.

(Continuação da votação secreta.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Tendo em vista o acordo de Lideranças, esperarei 10 minutos. Marquem 10 minutos.

Estão faltando duas parlamentares: Ângela Sousa e a Maria Luiza. Esta última está em São Paulo.

Vamos ter calma.

Por acordo, não vou esperar os dez minutos, porque foi informado que a deputada Ângela Sousa está viajando.

Vamos abrir e contar as 61 cédulas.

As deputadas Maria Luiza Carneiro e Ângela Sousa não estão presentes.

Então, das 63 cédulas, existem 62 cédulas de votação. (Pausa)

A Sr^a Fátima Nunes:- Sr. Presidente, e a deputada Ângela Sousa?

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Ela está viajando, segundo informação chegadas aqui.

A Sr^a Fátima Nunes:- Mas a presença dela está registrada no painel.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Ela esteve aqui pela manhã, registrou a presença e saiu.

Se alguém da Oposição quiser ser escrutinador.

Vou pedir aos deputados para saírem daqui. Já ligamos. Foi informado que ela não vem.

Se alguém da Oposição quiser fiscalizar, pode vir. Mas só um deputado de Oposição.

Deputado Leur Lomanto Júnior, venha fiscalizar.

(O Sr. Presidente procede ao escrutínio.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Portanto, aprovado o nome do deputado João Bonfim com 52 votos sim e 9 votos em branco. (Palmas)

O Sr. Paulo Azi:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pela ordem, o deputado Paulo Azi.

O Sr. Paulo Azi:- Solicito a V.Ex^a, Sr. Presidente, a destruição das cédulas de votação.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- O deputado Paulo Azi está pedindo para eu determinar a destruição das cédulas. Vou determinar isso agora.

Foram 9 votos em branco e 52 votos sim.

O nome foi aprovado e será enviado para S.Ex^a, o governador Jaques Wagner, para a sanção.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Mensagem nº 4.896/2014, procedente do Poder Executivo, indicando o nome do Deputado Federal Mário Negromonte para ocupar a vaga de Conselheiro do TCM. **(Publicada no DL em 27/04/2014)**

A próxima cédula será do deputado Mário Negromonte. Eu e o deputado Paulo Azi iremos rubricá-la.

Alguém vai se inscrever para falar? Não.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Targino Machado, pelo tempo de até 20 minutos.

O Sr. TARGINO MACHADO:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, Srs. da Imprensa, Srs. das Galerias, Srs. Funcionários da Casa, caros senhores e senhoras que me assistem através da *TV Assembleia*, recebi na tarde de hoje recados diversos neste Plenário. Todos visando evitar o meu pronunciamento neste momento. Alguns com apelos encaminhados a tocar-me no emocional. Outros que faço questão de citar de forma literal. E para isso cito este: “Não vale a pena comprar esta briga. Com ou sem o seu voto, o deputado Mário Negromonte será eleito. E não será bom para os prefeitos que você representa ter um inimigo no Tribunal de Contas dos Municípios. Briga só vale a pena quando todos ganham, e no caso você, Targino, sairá perdendo.”

Entendi os recados, percebi a ameaça velada ou, como queiram, a ameaça futura explícita. Mas não vou julgar nem aquele que mandou os recados nem aqueles que se fizeram portadores deles.

Fui alertado de que, com a minha manifestação aqui nesta tarde, poderia ser transformado no patinho feio deste Parlamento. Pois bem.

(Lê) “Quero e vou cumprir o que julgo ser o meu dever aqui nesta Casa. Sr. Presidente, chego à tribuna nesta tarde rogando a Deus tranquilidade e sabedoria. E também rogando a Deus que as minhas orações a Ele dirigidas retornem sobre as cabeças de todos os meus pares, deputados e deputadas desta Casa, em forma de bênçãos com o intuito de que todos, absolutamente todos, entendam que estive estes dias submetido a grande tensão sobre qual deveria ser o meu comportamento aqui hoje nesta tribuna.

Estou naquela fase da vida em que me desprendi da preocupação com a utilidade ou a vaidade. Na fase em que me encontro, preocupa-me como chegarei ao ocaso da minha vida, o qual haverá de chegar e me encontrar ainda semeando. E quero morrer semeando. Com certeza, a minha colheita não será nesta vida. Assim tenho vivido. Olhando para a frente, tentando espalhar amor, cometendo pecados. Errando, é fato, pois não sou infalível, mas não cometendo erros velhos e velhos

erros.

Num passado não muito recente, no improviso desta tribuna pelos idos de 1995 e 1996, saquei uma alcunha para a sigla TCM traduzindo-a como “Tribunal Carlista dos Municípios.” Estou triste diante da constatação de que nada mudou. De lá para cá nada mudou, além dos personagens. A prática de outrora por nós tão criticada naqueles governos foi adotada com mais amor pelo atual governo. Nas minhas caminhadas junto a próceres do PT nesta Casa e fora dela, contribuímos para o Partido dos Trabalhadores, à época virgem de mácula, defeitos e depositário das esperanças de tantos brasileiros e baianos em chegar ao poder.

Votei para o governador Jaques Wagner e sangro ao ver a repetição dos métodos dantes combatidos, a exemplo da ingerência indevida de um Poder em outro, aqui traduzida pela indicação do governador de forma reiterada e a pressão para que se vote tanto neste quanto em tantos outros projetos nesta Casa.

Nomes como o que agora ataco, indicação fruto do governador, mas algumas delas de negociata extramuros, seguramente no breu das tocas. Quem fala em amor e tenta praticá-lo não pode se arvorar a ser algoz de ninguém. Não tenho formação legalista. Médico por formação e deputado por opção e delegação popular, prefiro o papel do advogado de defesa ao do de acusação. Longe de mim a intenção de julgar alguém. Ao contrário, sou daqueles que acreditam que o tempo de julgamento precisa correr célere, pois, enquanto pesa a acusação, a tendência do acusado é virar réu. Sem sentença transitada em normalmente condenado pela opinião pública. Notadamente para os injustamente acusados, o que vale é a sentença contemporânea com os fatos, pois do deslinde das acusações depende a certidão negativa exarada pela Justiça em seu favor.

Tenho a consciência clara e cristalina do que aqui sustento, inclusive de conhecimento próprio, por já ter suportado acusações infundadas, infames. Sentindo-me àquela época um jurisdicionado órfão de justiça enquanto não houve a decisão judicial. Quando ela chegou, foi como se as palavras do ilustre magistrado tivessem sido escritas pelo meu Deus.

Ocorre que o mandato de deputado estadual não me pertence. O meu poder é de representação e aqui preciso ser fiel àqueles que acreditaram nas minhas propostas de campanha. Daí a minha melancolia de não poder me quedar, ceder a tantos pedidos no sentido de votar em branco, no sentido de abster-me do voto, ou mesmo votar contra, mas não me pronunciar, me calar.

O tempo é o melhor bálsamo e irá me auxiliar no sentido de ser, por aqueles amigos não atendidos, compreendido e perdoado. O meu *munus* parlamentar não me permite prevaricar, deixar de cumprir o meu papel, ser leniente ou fazer vista grossa ao que quer que seja.

Tudo isso para dizer, Srs. Deputados e Deputadas, que compreendo que o deputado federal Mário Negromonte tem que ter o direito constitucional da plena defesa e do contraditório, como compreendo que a mesma Constituição Federal prescreve no seu bojo: a presunção é de inocência e não o contrário.

Reportagem do jornal *A Tarde* de hoje, 28 de maio de 2014, aqui em minhas

mãos, robusteceu a minha convicção, a minha tese de expressar de forma clara a minha posição a respeito dessa indicação ao Tribunal de Contas dos Municípios feita pelo governador. O jornal *A Tarde* publicou fotos dos Srs. Deputados na Comissão de Constituição e Justiça, com a seguinte legenda depreciativa: “Sabatina foi formal sem respostas ou sem perguntas”. Recorri aos dicionários para saber o que significa formal, sabatina formal. Formal significa na forma devida, com formalidade. Realmente, lá na Comissão de Constituição e Justiça desta Casa não houve formalidade, não foi cumprida a liturgia do cargo dos Srs. Deputados. Deixou na oportunidade, aquele comportamento, deputado Gaban, para ilações absolutamente razoáveis.

O que é sabatina formal, enfim? O que é sabatina sem perguntas e sem respostas? Pode ser tudo, menos sabatina.

A minha convicção, entre outras, é que preciso me afastar com a minha fala do compadrio. Repito: quero deixar claro, inscrito nos anais desta Casa, que a minha fala é, por dever de princípio, que é meu, posso até estar errado, mas um dia o Cardeal Mazarin disse se referindo a Victor Hugo: “Victor Hugo não se mistura, se separa.”

Eu quero, com a minha fala aqui, me separar e deixar clara a minha posição, a minha convicção, entre outras, é que preciso me afastar do compadrio que se estabeleceu no governo do Estado e nesta Casa.

Diversas são as acusações que pesam sobre e contra o deputado Mário Negromonte. Várias veiculações em diversos veículos de comunicação do País, inclusive produziram efeitos na medida em que, em decorrência de parte dessas publicações e notícias, dois assessores do deputado então ministro foram, juntamente com ele, apeados do cargo do Ministério das Cidades. Porque as denúncias são do conhecimento público, reservo-me, e para evitar constrangimentos não vou lê-las, não vou reproduzi-las ou citá-las, a não ser que seja instado a fazê-lo.

De pronto, quero afirmar, quero declarar o meu desejo, que o deputado Mário Negromonte possa, o mais rápido possível, provar a sua inocência, limpar o seu nome e dar uma resposta à sociedade, ao meio político, resposta à imprensa do Brasil e uma resposta a todos os seus que lhe querem bem, porque, certamente, sofrem e estão sofrendo com ele. Mas enquanto isso não ocorre, não está preenchido, Sr. Presidente Marcelo Nilo, o requisito primeiro para se levar à votação neste plenário uma indicação para ocupar cargo de conselheiro no Tribunal de Contas ou em qualquer outro tribunal.

Peço então a este plenário: vamos, por favor, estancar a sangria da Assembleia Legislativa da Bahia que, inevitavelmente, ocorrerá com a votação e pior será com a aprovação do nome do multicitado deputado federal.

Esta Casa já está há muito ajoelhada aos pés de todos os governos. A aprovação do nome do deputado Mário Negromonte colocará este Poder, literalmente, de cócoras. Por favor, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não façam isso. Ao governador tudo, menos a honra. Vamos aguardar outras vagas para o TCM ou para o TCE, que surgirão no futuro, em breve. Se e quando o deputado Mário Negromonte conseguir se desvencilhar dessas denúncias, teremos ou terão a oportunidade aqueles deputados

que aqui estiverem dar a ele, atender a ele em qualquer um dos seus pleitos, pleito até que o favoreça. Não tenho nem nunca tive qualquer problema de qualquer ordem ou natureza, nem mesmo nunca disputei votos nas cercanias da militância política do deputado Mário Negromonte. Quero repetir: não tenho nem tive qualquer problema de qualquer ordem ou natureza, nem mesmo nunca disputei votos nas cercanias da militância política do deputado Mário Negromonte. Desejo-lhe, repito, desejo-lhe, sob o testemunho de Deus, toda sorte do mundo em todos os seus planos. Quero concluir dizendo que além de tudo, além do mais, este ato, se vier a ocorrer, poderá – e o ato a que me refiro é a aprovação do nome do deputado Mário Negromonte para o Tribunal de Contas dos Municípios – este ato poderá ensejar o aforamento de uma ação popular para combater a decisão deste Poder, eivada de irrazoabilidade, pelo fato de não se levar em conta acusações que pesam sobre o ora indicado pelo governador para assumir cargo de conselheiro do Tribunal de Contas dos Municípios, cuja preliminar, quero chamar a atenção, cuja preliminar é dever ser cidadão detentor de uma conduta ilibada. Repito: para ser indicado para os tribunais de contas, e esta Casa apreciar, precisa que o detentor dessa indicação tenha e ostente uma conduta ilibada.

No Império Romano, Sr. Presidente Marcelo Nilo, existia uma assertiva que aqui também se aplica: *“A mulher de César não basta ser séria, também precisa parecer”*. Creio que o indicado para uma vaga no Tribunal de Contas dos Municípios precisa ser como a mulher de César.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Mário Negromonte Júnior.

O Sr. MÁRIO NEGROMONTE JÚNIOR:- Sr. Presidente, nobres colegas deputadas e deputados, queridos amigos que ocupam as Galerias – gostaria de citar alguns deles aqui: o ex-prefeito Humberto, de Chorrochó; a prefeita Rita, de Chorrochó; nossa vice-prefeita; o prefeito Adelson, de Ponto Novo e toda a sua comitiva; o vereador Jackson Cantoria, de Sobradinho; nossos amigos que estão aqui, o ex-vereador Max, o vereador Max, de Cruz das Almas; ex-vereador, ex-prefeito de Ipiaú, José Mendonça, um grande amigo; já passaram por aqui alguns amigos, como o secretário da Agricultura Jairo Carneiro, neste momento, acredito que o deputado federal Mário Negromonte está nos vendo e ouvindo através da *TV Assembleia*, quero dizer que quando vim a esta Casa, com a força do povo e pela força do povo e de Deus, para cumprir algumas missões. A primeira delas a de honrar os votos que tive, mas também de honrar o nome que tenho, que tenho muito orgulho de carregar e carregarei com muito orgulho, não só como filho, mas também como correligionário de Mário Negromonte. Desde o começo da sua vida, quando menino, depois com a sua pretensão de ingressar na vida pública sempre enfrentou dificuldades, nunca teve um pai, um irmão, nem ninguém da sua família a apoiá-lo, até porque ele é oriundo do Estado de Pernambuco. Chegou a Paulo Afonso para tocar serviços da empresa do

meu tio João Negromonte, começou como estagiário, foi mestre de obras, depois vieram os filhos e veio também o êxito no trabalho e o sucesso na vida empresarial.

Mas a veia política é da minha mãe, que teve o pai prefeito de Glória, teve o irmão, meu tio Adalto Pereira, que poderia muito bem ter chegado a esta Casa ou à Câmara Federal, se não fosse por força do destino, pela vontade de Deus, quando ele faleceu no fatídico acidente do avião com Clériston Andrade, quando era candidato a deputado federal. E Mário Negromonte, na oportunidade em que vagou esse espaço na região, procurou trabalhar um lugar na política. É bem verdade que muitas das pessoas que votavam no grupo político do meu tio não acompanharam meu pai. Porém ele se elegeu deputado estadual, trabalhou nesta Casa, foi membro dessa Mesa e foi o deputado estadual mais votado pelo PSDB, junto com nosso querido amigo, grande parceiro Marcelo Nilo. E quero deixar registrado aqui, Marcelo, a grande amizade que guardamos por você. Foi um momento de muita felicidade para nós quando reatamos a nossa amizade.

Quero falar também da gratidão ao governador, por ele confiar na pessoa de Mário Negromonte e indicar o seu nome. Mário Negromonte foi secretário dos Transportes e o deputado J. Carlos falou aqui que conviveu muito com ele na Secretaria. Foi ministro das Cidades. E se algum de vocês duvida, vou repetir o que falei na CCJ: se algum de vocês duvida do caráter de Mário Negromonte, vou trazer aqui como exemplo o que ele fez no Ministério das Cidades e quero dizer em alto e bom som isso, para que fique registrado nos Anais da Casa. No momento em que o próprio partido dele, o Partido Progressista, que é meu, é de Cacá, é de Ronaldo, é de Luiz Augusto, é de Aderbal e de muitos outros que estão aqui, pediu-lhe para tomar certa postura no Ministério, ele não o fez para não ferir a sua dignidade, a sua honra, ele preferiu pedir à Presidência que o exonerasse, a fim de que, a partir daí, nenhum ato pudesse comprometer a sua dignidade, a sua imagem a sua família, o seu nome e seu sobrenome. Acho que esse é o maior exemplo que eu poderia dar aos senhores, nobres colegas.

E volto a dizer o que estava dizendo no início, presidente, da dificuldade. Era deputado estadual, foi candidato a deputado federal, contra a vontade de ex-governadores. E conseguiu o que muitos diziam que ele não conseguiria, eleger-se, saindo como deputado estadual de uma região que não tinha, naquela época, uma capilaridade política para eleger um deputado federal. Mas, contrariando tudo isso, conseguiu se eleger deputado federal e está com 24 anos de vida pública, sendo Líder por quatro vezes consecutivas. O Estatuto do Partido dizia que só podia ser por 1 ano, mas ele conseguiu ser quatro vezes, a pedido, inclusive, da Bancada, deputado Marcelo Nilo.

É bem verdade que quando se exerce a função de Líder durante 4 anos, e de ministro de uma Nação, em algum momento se toma uma posição que contraria a alguns interesses. Às vezes, faz inimizades sem nem saber. E aperta a mão, vou repetir o que Mário Negromonte falou ontem, na sabatina, de muita gente.

Não temos receio de nada em relação ao que qualquer um venha a falar na tribuna ou na imprensa, em qualquer lugar que seja. Primeiro, porque a nossa vida...

digo nossa porque quando Mário Negromonte esteve no ministério não foi só a vida dele que foi vasculhada, não! Foi a minha vida, como deputado estadual, a de minhas irmãs Gabriela Negromonte e Daniela Negromonte, e a de minha mãe Vilma, prefeita de Glória.

Deputado Marcelo Nilo, Sr. Presidente, dizia que até foram verificar medição de terreno que tínhamos em Paulo Afonso para saber se o IPTU que estava sendo pago era condizente com a realidade. Estavam fazendo o papel deles. Acho que a Polícia Federal tem que fazer isso. A CGU tem que fazer isso. O TCU tem que fazer isso. É investigar, buscar ouvir as denúncias e tentar ver a veracidade dos fatos.

Mas digo a vocês, senhores, em 24 anos de vida pública nunca houve um processo contra o deputado federal Mário Negromonte. Nem na CGU, nem no TCU, nem no Ministério Público, nem na Polícia Federal.

E, aqui, quero falar abertamente sobre esse caso da Polícia Federal em que tiraram a foto e colocaram na *Revista Veja*. Uma foto que não diz onde está o deputado federal Mário Negromonte, nem o dia, nem a data. É deixar a imprensa trabalhar livre, da forma que ela gosta, especular e criar factóides.

Ora, senhores, essa é a nossa vida de deputado, de prefeito, de vereador: trabalhar pelo povo, 4, 5, 10, 20 anos. Mas vamos sempre estar sujeitos a aparecer em jornais X, Y, Z. E digo a vocês: quem tem medo disso tudo, não pode nem sair de casa.

Mário Negromonte, Sr. Presidente, saiu do ministério de cabeça erguida. Cumpru seu papel. Voltou à Câmara e foi presidente da Comissão de Minas e Energia. Também foi eleito primeiro vice-presidente do Partido Progressista Nacional. Estava até cogitado, Sr. Presidente, a ser candidato a vice-governador na chapa, vaga que está ocupada por um grande líder, quero deixar também registrado aqui, um grande companheiro, um grande amigo, que é o deputado João Leão.

Nesse caminhar, sei que o tempo não nos permite ficar muito tempo conversando sobre isso. Mas quero dizer, Sr. Presidente, que em momento algum na história política de Mário Negromonte ele se curvou ou ficou de joelhos para quem quer que seja, pela sua trajetória e por sua formação familiar. E eu tento, a cada dia, seguir suas orientações e seus ensinamentos de sempre manter o nível nas discussões, nos debates, e de fazer amigos. E aqui tenho muitos amigos.

Quero agradecer desde já pelo apoio que tenho tido ao nome de Mário Negromonte para disputar essa vaga que muito nos honra, e que foi indicação do governador Jaques Wagner, essa figura extraordinária.

Quero dizer, Sr. Presidente, para concluir, se Mário Negromonte tivesse algum malfeito em sua vida, ou em qualquer caso, ou nesses casos que estão dizendo, ele seria o primeiro a dizer ao governador Jaques Wagner para não indicar seu nome. Primeiro porque ele não queria que o governador,...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado.

O Sr. MÁRIO NEGROMONTE JÚNIOR:- (...) Sr. Presidente, tivesse algum constrangimento, nem, depois, os 63 deputados, deputado Paulo Rangel. Lá, em nossa cidade, somos adversários, mas, mesmo assim, o seu gesto, e quero deixar,

aqui, registrado... Sabia que não seria diferente, porque sei de sua ética, sua moral e sou muito grato pelo gesto de V.Ex^a, ligando para Mário Negromonte. Quero agradecer-lhe.

O Sr. Paulo Rangel:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. Cacá Leão:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. MÁRIO NEGROMONTE JÚNIOR:- Para concluir, Sr. Presidente, quero conceder o aparte ao deputado Paulo Rangel, e depois, ao deputado Cacá.

O Sr. Paulo Rangel:- Quero, aqui, primeiro, parabenizar o deputado Mário Negromonte pela defesa equilibrada, uma defesa de conteúdo.

Conheço não só o deputado Mário Negromonte, mas toda a família do deputado Mário Negromonte Júnior, inclusive sua mãe. Conheci o ex-prefeito Aduino Pereira. E muito embora seja adversário político do deputado Mário Negromonte, não seria eu quem estaria aqui prejudgando qualquer deputado.

Deputado Mário Negromonte, entendo que tivemos algumas divergências pontuais, mas assim como vivi essa história, inclusive, no Partido dos Trabalhadores, pois discordo da condenação de alguns companheiros, não seria eu, aqui, um deputado que faria qualquer tipo de julgamento.

Quero comungar com a opinião de V.Ex^a. O governador Jaques Wagner, neste momento, não empenharia o seu apoio ao deputado Mário Negromonte se tivesse qualquer dúvida.

Então, quero, neste momento, dizer, deputado Mário Negromonte, deputado Marcelo Nilo, que meu voto é aberto: votarei, realmente, pela indicação do deputado Mário Negromonte.

O Sr. Cacá Leão:- Deputado Mário Negromonte Júnior, não poderia deixar de me pronunciar neste momento, não só como parlamentar, mas em nome da minha família. V.Ex^a sabe do apreço e do carinho que temos, a irmandade que já completa 20 anos, desde Brasília, morando juntos, dividindo a mesma casa, conheço o caráter, conheço a sua idoneidade. E dizer a V.Ex^a, aos seus irmãos, a sua mãe e ao seu pai do meu orgulho de poder, nesse momento, como deputado estadual, nós que estamos aqui no último ano no nosso mandato, vamos juntos disputar uma cadeira na Câmara dos Deputados, mas encerrar aqui a nossa indicação, a última que nós vamos poder fazer ao Tribunal de Contas dos Municípios, tendo a oportunidade de colocar, lá no Tribunal, um homem com a honradez, com o caráter, com a dedicação e a vida pública que tem o deputado Mário Negromonte, presidente do nosso Partido, o Partido Progressista, e que, com certeza, irá honrar todos nós no Tribunal de Contas dos Municípios.

O Sr. MÁRIO NEGROMONTE JÚNIOR:- Sr. Presidente, para concluir eu quero agradecer e incorporar o aparte do nobre deputado Paulo Rangel. Eu tenho certeza, Paulo, que num futuro bem próximo Paulo Rangel, Mário Negromonte, esse grupo aí ainda vai de se unir em Paulo Afonso.

E ao nosso querido Cacá Leão, agradecer ao meu amigo irmão, companheiro de Partido, é bem possível que possamos estar juntos, lá em Brasília, quem sabe morando juntos para darmos continuidade a essa parceria de João Leão e Mário

Negromonte.

E, Sr. Presidente, agradecer mais uma vez e que seja feita a vontade de Deus e da maioria aqui nesta Casa. (Palmas.)

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Srs. Deputados, antes de iniciar a votação eu gostaria apenas de dizer aos senhores o seguinte: Eu conheço o deputado Mário Negromonte há mais de 30 anos, fomos grandes amigos, a política nos separou e a mesma política nos juntou. Eu gostaria de dizer que o voto aqui é livre, que os deputados votam fruto da sua consciência, principalmente na votação secreta.

Mas, quero deixar registrado aqui que tenho um respeito muito grande pelo deputado Mário Negromonte, o considero uma pessoa séria. Foi secretário do município, foi ministro, foi deputado federal, foi nosso colega aqui na Assembleia Legislativa. Assim, quero registrar a minha confiança que, se fosse diferente eu não colocaria para votar. Se eu tivesse alguma dúvida da honestidade, do caráter, dos requisitos conforme rege a própria Constituição, eu jamais colocaria em votação, como Presidente desta Casa.

Então, eu gostaria de dizer aos Srs. Deputados que cada um vote fruto da sua consciência. Mas, não poderia deixar de registrar, nesse momento, a admiração e a grandeza que eu tenho pelo deputado Mário Negromonte.

O Sr. Targino Machado:- Pela ordem, Excelência.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pela ordem o deputado Targino Machado. O Sr. Targino Machado:- Sr. Presidente, por gentileza, como serão as cédulas?

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- As cédulas serão idênticas às do deputado João Bonfim.

O Sr. Targino Machado:- Sr. Presidente, eu quero apresentar aqui o meu protesto.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo): Pois não, deputado. Por quê?

O Sr. Targino Machado:- A forma como foi procedida a apuração dos votos para o deputado João Bonfim só se teve oportunidade de votar a favor ou em branco, quando existem mais duas outras formas de se exercitar o voto. Abstendo-se é só não atendendo à chamada, mas, também, votando contra.

Por isso que eu gostaria que V.Ex^a mandasse inserir nas cédulas esse nosso pleito.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Defiro a questão de ordem de V.Ex^a.

Eu vou colocar aqui um quadrilátero. V.Ex^a permite que eu coloque de caneta? Porque a cédula já está rubricada. Posso colocar de caneta outro quadrilátero? Senão tem que fazer outra cédula.

(Vários deputados falam ao mesmo tempo no Plenário)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Srs. Deputados, quem quer votar contra escreve “sou contrário”, anula que está votando contra.

O Sr. Targino Machado:- Sr. Presidente.

O Sr. Presidente (Marcelo Nilo):- Pois não, deputado.

O Sr. Targino Machado:- Sr. Presidente, o voto é secreto. Eu quero fundamentar a minha questão de ordem e para isso eu quero dizer que opinião e opiniões cada um tem a sua, procuro respeitar a de todos. Nunca me contrapus à opinião de nenhum jornalista, por exemplo, e nunca quis transferir as minhas culpas para a imprensa. Não fiz nenhum ataque ao deputado federal Mário Negromonte, nem mesmo quis reproduzir as notícias veiculadas pela mídia, por um gesto de fraternidade...

O Sr. Paulo Rangel:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente (Marcelo Nilo):- Deixe o deputado acabar de falar.

O Sr. Targino Machado:- (...) Concluo a minha questão dizendo que uns têm preço, outros têm valores. Se cabe alguma defesa é junto à mídia e à Polícia Federal, não dirigida a mim ou a qualquer outra pessoa.

Sr. Presidente, não posso aceitar que o voto seja dado à mão, porque assim deixará de ser secreto e se vai viciar o processo. Se é isso que V.Ex^a quer...

O Sr. Presidente (Marcelo Nilo):- V.Ex^a quer o quê, deputado Targino?

O Sr. Targino Machado:- Eu quero preservar o sigilo da votação. Porque, na medida em que V.Ex^a quer que se grafe na cédula o voto, identificar-se-á o voto.

O Sr. Presidente (Marcelo Nilo):- Para que eu possa entender, o que é que V.Ex^a quer?

O Sr. Targino Machado:- O que já pedi e V.Ex^a deferiu. Eu quero que se insira na cédula mais um quadro para termos o direito de votar contra.

O Sr. Presidente (Marcelo Nilo):- Vou deferir a questão de ordem. Há coisas que não têm jeito.

(Os Srs. Deputados falam ao mesmo tempo que o Sr. Presidente.)

O Sr. Presidente (Marcelo Nilo):- V.Ex^{as} têm direito de recorrer da minha decisão. O Sr. Rosemberg Pinto:- Eu quero divergir, pela ordem.

O Sr. Presidente (Marcelo Nilo):- Pela ordem, deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Isso é uma questão inusitada, Sr. Presidente. Não há como em lugar nenhum do mundo votar contra, quando só há um candidato. Só existe votar em branco ou anular a cédula.

O Sr. Presidente (Marcelo Nilo):- Vou levar ao Plenário.

O Sr. Targino Machado:- Sr. Presidente, essa história de dizer que o Plenário é soberano não é verdade. O Plenário não pode rasgar a Constituição. O voto é secreto. É a Constituição. Não é nem o Regimento, que os senhores alteram a qualquer momento. O voto é secreto.

O Sr. Presidente (Marcelo Nilo):- Tudo bem. Suspendo a sessão por 10 minutos para confeccionar a nova cédula, com o “sim” e o “não”.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Suspendo a sessão por mais 5 minutos. (Suspensa a sessão)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Suspendo a sessão por mais 3 minutos.

Está suspensa a sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Invocando a proteção de Deus, reabro os

trabalhos.

Deputado Rogério Andrade, se sente à Mesa. O deputado Fabrício Falcão representará o lado do governo, e o deputado Sandro Régis representará o lado da Oposição. Na cédula há o nome do deputado Mário Negromonte e as opções sim e não. Quem quiser votar na aprovação do deputado Mário Negromonte para o Tribunal, marcará sim. Quem não quiser votar na aprovação do deputado Mário Negromonte para o Tribunal, marcará não.

O Sr. Mário Negromonte Júnior:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Mário Negromonte.

O Sr. Mário Negromonte Júnior:- Sr. Presidente, como ficamos aqui mais de 20 minutos, quero que V.Ex^a faça uma convocação para os deputados que foram aos seus gabinetes.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não. Pode ter certeza de que só terminarei quando os 61 Srs. Deputados votarem.

O Sr. Mário Negromonte Júnior:- Obrigado, Sr. Presidente.

(O Sr. Presidente procede à chamada nominal para a votação.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Todos os 61 deputados votaram.

(Continuação da votação.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Nobre deputado Targino Machado, está faltando V. Ex^a para votar. Ninguém vai votar. Vamos começar.

(Contagem dos votos.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Aprovado o nome do deputado federal Mário Negromonte para a vaga do Tribunal de Contas com 47 votos sim, 11 votos não, 2 brancos e 1 nulo. O nome será enviado para S.Ex^a o governador Jaques Wagner.

Para o próximo nome não quero ninguém aqui em cima. Colocarei fiscais. Já que o deputado Rosemberg pediu para fiscalizar a votação, ele fica aqui ao lado do deputado Paulo Câmara, digo, do deputado Paulo Azi. O Deputado Paulo Rangel, fique aqui ao lado do deputado Paulo Azi. Quem o deputado Gaban indica para ficar aqui?

O Sr. Gaban:- O deputado Bruno Reis.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- O deputado Bruno Reis. Pronto.

Por favor, faço um apelo para ninguém vir cá para cima.

Chame Fabrício para ficar em seu lugar. A pedido do deputado Paulo Azi, as cédulas serão destruídas logo após a votação.

Por favor, não quero que ninguém venha cá para cima, porque não quero pedir ao deputado para sair.

Deputado Bruno Reis e V.Ex^a ficam aqui acompanhando e fiscalizando.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Elmar Nascimento. Falam dois de cada lado, se for possível. E o deputado Gaban falará também.

O Sr. ELMAR NASCIMENTO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. da

Imprensa, peço a atenção dos companheiros deputados para esta que talvez seja a mais importante das votações de hoje.

Quero iniciar as minhas palavras parabenizando o deputado João Bonfim e o deputado Mário Negromonte pela indicação, respectivamente, ao Tribunal de Contas do Estado e ao Tribunal de Contas dos Municípios.

Pois bem, circulou aqui, de autoria da deputada Luiza, uma Proposta de Emenda Constitucional propondo o voto aberto nesta Casa. Essa proposição foi absolutamente refutada por ampla maioria dos Srs. Deputados que não permitiram que fosse adiante. E isso tinha um fundamento. Início falando sobre isso para dizer que este é exatamente um desses momentos em que há a necessidade do voto secreto. O momento é de reafirmação da autonomia do Poder Legislativo do Estado, da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia. Não se trata de discussão entre Oposição e governo, entre Blocos da Maioria e Minoria, de ser a favor ou contra. Não se trata disso. Mas sempre quem traz as melhores opções, quem pode levantar melhores proposições para o Poder Legislativo, porque está desamarrado de qualquer tipo de liderança política que lhe imponha determinada direção, é a Oposição. E não falo isso da Oposição hoje, nem estou fazendo crítica à Bancada do governo. Estivéssemos numa situação inversa, e fosse à época do governador Paulo Souto, quando eu era governo, eu faria exatamente o papel do governo, e a Oposição o papel de Oposição. A pergunta que lhes faço é a seguinte: qual é a posição correta para a Assembleia Legislativa?

Ontem, dirigia-me ao aniversário da cidade de Senhor do Bonfim, fui dormir às 4h da manhã, acordei às 7h para chegar aqui. É essa a minha vida e a vida dos Srs. Deputados também. Nós aqui costumamos repetir tudo o que acontece em Brasília, em todas as situações, nas condições do exercício do mandato. Em tudo. E se há uma coisa que o Congresso Nacional fez, os senadores e deputados, foi preservar para que aqueles parlamentares que já participaram de vários mandatos tenham o direito de ocupar uma vaga no Tribunal de Contas, porque não estou aqui neste instante fazendo uma disputa de governo e de Oposição, de merecimento ou de imerecimento. Quero dizer que tanto o deputado Zezéu Ribeiro quanto o deputado Gaban têm todas as condições, e estaremos bem representados no Tribunal de Contas do Estado. O que quero dizer, deputados Rogério Andrade, J. Carlos, é que votar no deputado Gaban significa votar em nós mesmos, significa votar no colega, significa votar no nosso Poder. Faço um discurso hoje que talvez não pudesse fazer amanhã, se as pesquisas de hoje se confirmarem e ganharmos as eleições, o deputado Zé Neto devem vir a esta tribuna ou outro deputado do governo para defender a indicação do deputado Zezéu Ribeiro.

O que estou defendendo é atitude, nada contra o deputado Zezéu Ribeiro. Nada. É a demonstração de que isso, de uma vez por todas, tem que ficar clara para o governador que for, Wagner hoje, Paulo Souto amanhã. A partir da eleição de Gaban, hoje, nenhum outro governador vai ter coragem de enviar um nome de fora da Assembleia Legislativa para ser submetido à votação secreta de indicação de conselheiro do Tribunal de Contas.

Não estou aqui fazendo campanha contra o deputado Zezéu Ribeiro. Será um grande representante. Agora, eu lhes pergunto: será que vale a pena? Amanhã pode ser o deputado Adolfo Menezes, o deputado Luiz Augusto, o deputado Marquinho Viana, qualquer um dia de nós, por que vamos ceder o que é nosso, o que a gente elege para o que vem de fora? Por que é que a gente vai ter que ceder à vontade do governador de plantão? E aí eu falo: no passado faziam? Faziam. Era correto? Não, não era correto. E nós tínhamos condição de vir aqui dizer que não era correto? Não, não tínhamos, mas tínhamos que estar preservados pelo voto secreto.

É por isso que não permitimos acabar com o voto secreto, para ter aquele guardião de defesa. Hoje aqui ninguém vai votar contra o PT. Hoje aqui ninguém vai votar contra o deputado Zezéu Ribeiro. Hoje aqui os deputados vão votar em si mesmos. Eu peço a vocês, companheiros, que quando se dirigirem àquela urna, em vez de ver o nome do deputado Gaban, que é o nosso colega, um de nós, vejam o seu próprio nome. Na hora em que eu pegar minha cédula ali para votar, em vez de enxergar o deputado Carlos Gaban, eu vou enxergar deputado Elmar Nascimento, eu estou votando em mim amanhã, porque não é justo que elejamos para uma vaga que é um prêmio. E vamos deixar de discurso, de dizer que não é um prêmio, porque é. O deputado Mário Negromonte não quis ir para o Tribunal nem o deputado João Bonfim, nem o deputado Zezéu Ribeiro quer, nem o deputado Gaban quer ir para o Tribunal porque é uma coisa ruim, é porque é bom. Chega um determinado momento da vida, porque a vida que a gente leva é cansativa, de perder noite, de se desgastar, de ter a ausência das nossas famílias, porque queremos descansar. No Tribunal, vai-se trabalhar, mas é um trabalho muito mais leve do que esse. Não estamos indicando nem nós nem os deputados que subscreveram o deputado Zezéu Ribeiro, nós não estamos indicando pessoas que irão desqualificar a Assembleia Legislativa. Estamos indicando gente de idoneidade moral, de reputação ilibada e que tem conhecimento e capacidade para ocupar o cargo. É essa interrogação que faço, deputado Cacá, deputada Ivana, deputado Luiz Augusto.

Amanhã, e reconheço, repito, se eu fosse um deputado de governo não teria condições de fazer este mesmo discurso, reconheço. A nossa Bancada vai dar os nossos 18 votos ao deputado Gaban. Faço uma reflexão à Bancada da Maioria: não é uma disputa de Bancada, é uma disputa para fazer nascer de forma definitiva a semente que nós plantamos com Gildásio. Nós todos votamos em Zilton, nós todos da Bancada da Oposição, fazer plantar uma semente de que nenhum governador vai ter mais coragem de indicar um nome de fora desta casa. É assim no Congresso nacional, só se elege para o TCU ou um deputado federal ou um senador. Vamos seguir o que acontece no Congresso, vamos votar em um de nós, vamos votar em um deputado estadual. Votar em Gaban é votar em mim, é votar em Jurandir, é votar em Maria Luíza, é votar na criação de uma tradição boa para esta Casa. E eu digo isso com a tranquilidade de quem vai sair daqui, não sei se o povo da Bahia vai me conduzir para a Câmara Federal.

É essa reflexão que peço neste instante, confio na inteligência e na serenidades dos senhores, não vim aqui fazer discurso político, não vim aqui fazer carga contra a

candidatura de quem quer que seja, muito menos de uma pessoa boa, qualificada como o deputado Zezéu Ribeiro, só acho que esse não é o momento dele, nem vai ser de mais ninguém de fora a partir da decisão de vocês. A partir deste dia de hoje, deste dia histórico, qualquer que seja o governador, adiante vai pensar duas vezes na hora de encaminhar a esta Casa. Nós resolvemos não disputar a vaga indicada para o deputado Mário Negromonte, porque é indicação do governador, é vaga do governador, mas a da Assembleia, meus amigos! A da Assembleia tem que ser nossa. Sei que este discurso que estou fazendo aqui hoje, amanhã, se eu for governo, minha Bancada talvez não tenha condição de fazer. E hoje quem é governo vai ser oposição possa ter condição de fazer.

Portanto concluo minhas palavras. Acho que dei meu recado. Cada um vota com a sua consciência, o voto secreto é feito por isso. Voto a favor da Assembleia Legislativa, vota em si próprio, vota em Carlos Gaban.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Bruno Reis):- Com a palavra o deputado Rosemberg Pinto por 20 minutos

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Meu querido deputado Bruno Reis, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, imprensa, visitantes nas galerias Paulo Jackson, em primeiro lugar, em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores, antes de fazer a minha defesa, queria parabenizar os deputados João Bonfim e Mário Negromonte pela condução ao Tribunal de Contas do Estado da Bahia.

Quero dizer que a nossa Bancada fez um compromisso cumprido para garantir a eleição desses dois parlamentares que, sem dúvida alguma, vão contribuir bastante para os dois tribunais.

Meus queridos deputados e deputadas, eu queria repetir um pouco do que foi o debate ontem na Comissão de Constituição e Justiça. Eu tenho um apreço imenso pelo meu querido colega de Assembleia Carlos Gaban. Ele sabe disso, e eu já fiz isso algumas vezes pela nossa capacidade de debater os temas, na maioria das vezes em posições contrárias, mas extremamente respeitadas.

Quero dizer, meu querido Carlos Gaban e meu querido Elmar Nascimento, que há pouco se pronunciou, é preciso que nós estejamos convictos do que estamos cumprindo do ponto de vista constitucional e regimental. Não posso aceitar aqui que os nossos discursos se contraponham ao regramento desta Casa. Meu querido Elmar, nós votamos o último representante do Tribunal de Contas do Estado, o auditor Inaldo para a vaga do Tribunal de Contas do Estado, o auditor Inaldo, numa vaga da Assembleia Legislativa, numa demonstração de que nem a nossa Constituição nem o regramento desta Casa impõem que a vaga da Assembleia Legislativa tem que ser necessariamente para um deputado estadual. Até porque, se isso fosse o regramento, seria uma afronta à Constituição, porque esta exige que tenha 20% das assinaturas dos deputados. E qualquer cidadão, independentemente de ser de qualquer instituição, ou parlamentar, pode fazer parte dessa disputa para compor o Tribunal de Contas do

Estado da Bahia. Por isso, a única indicação do governo do Estado, neste dia, foi a do deputado Mário Negromonte, indicado pelo governador Jaques Wagner, e que nós, aqui, aprovamos majoritariamente.

Desconstruída essa ideia, quero dizer, meu querido Carlos Gaban, meu querido Elmar, meus queridos companheiros deputados e deputadas, que acho que este é um momento extremamente importante para o deputado Zezéu Ribeiro. Sem tirar qualquer mérito do deputado Carlos Gaban, o nosso querido deputado federal Zezéu Ribeiro não foi deputado estadual, mas ajudou a organizar os diversos movimentos sociais desde 1964, defendendo a democracia para o nosso País e para o nosso Estado.

É um companheiro militante desde 1964, meu querido Vando. Um companheiro que em momento algum teve qualquer divergência particular nas suas relações com os diversos deputados e com as diversas colorações partidárias. Foi quem nos ensinou, dentro da nossa vida pública, que devemos tratar todas as pessoas, mesmo dentro das diferenças de ideias, de forma igual e entendendo que cada um tem a possibilidade de representar a sociedade em qualquer esfera.

Por isso, Zezéu Ribeiro, além de ser esse nosso iniciador da luta democrática pós-64 na Bahia, é um companheiro que ajudou a consolidar o processo do pluripartidarismo aqui, quando só existiam dois partidos, o que impedia a plena reflexão da nossa democracia representativa. Zezéu Ribeiro é um companheiro que todos os dias dedica a sua vida, as suas ideias para pensar a sociedade de forma contundente e igual.

Por isso, meu querido Carlos Geilson, sei que, aqui, os deputados estão convencidos de que tanto o deputado Gaban quanto o deputado Zezéu Ribeiro têm as mesmas condições técnicas para estar naquele Tribunal de Contas.

E quero dizer que o nosso querido deputado Zé Raimundo bebeu na água de Zezéu Ribeiro. Ele foi o relator, inclusive, da admissibilidade da candidatura do deputado Gaban na Comissão de Constituição e Justiça para que a pudéssemos trazer para o Plenário – coisa que no passado poderia não acontecer –, dentro do processo democrático de estarmos aqui, todos nós, disputando a possibilidade de escolher o melhor desses dois nomes para que possamos completar o Conselho de Contas do Estado da Bahia.

Por isso, meus queridos companheiros e companheiras, quero solicitar de cada deputado e de cada deputada aqui presente que façamos neste momento, aqui, na Assembleia Legislativa, o apoio, o voto para que possamos conduzir Zezéu Ribeiro, dentro de um debate político que foi feito durante todo esse tempo por uma indicação de 28 deputados que registraram esta candidatura.

Tenho a convicção de que a maioria dos deputados irá referendar o nome do deputado federal Zezéu Ribeiro para conselheiro do Tribunal de Contas do Estado da Bahia, com todo respeito ao deputado Carlos Gaban que, também, concorre, neste momento, aqui, para a mesma vaga.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Bruno Reis):- Com a palavra o postulante à vaga de conselheiro para o Tribunal de Contas do Estado da Bahia, deputado estadual Carlos Gaban, pelo tempo de, até, 20 minutos.

O Sr. GABAN:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as}. Deputadas, membros da imprensa, pessoas que nos prestigiam nas galerias, da mesma forma que fiz, ontem, na Comissão de Constituição e Justiça, farei um breve histórico da minha vida.

Sou nascido em uma cidade do interior da cidade da São Paulo, Mococa; filho de família extremamente simples. Meu pai, tintureiro, passava roupa. Minha mãe era costureira. Tinha dificuldades de quem mora no interior. Não tinha nem uma escola para que eu pudesse fazer o curso técnico. Tinha um desejo de fazer um curso técnico de eletrônica. Meu pai, com todas as dificuldades, conseguiu pagar um curso em Santa Rita do Sapucaí, pois, à época, era considerada a melhor escola técnica do Brasil. Tive, inclusive, de prestar concurso para poder entrar. E eu, com a minha formação em Mococa, naturalmente, vim de uma escola pública, porque meus pais não tinham condições de pagar meus estudos.

Em Santa Rita do Sapucaí, formei-me no curso técnico. Na mesma escola em que me formei, fui convidado a dar aulas até para que eu pudesse ter o meu desejo de continuar a minha vida, que era o desejo de meu pai. Dessa forma, comecei a dar aulas na escola em que havia me formado.

Depois, passei a dar aulas em outra escola de Cachoeira Paulista, São Paulo, porque a universidade que eu fazia era o Instituto Nacional de Telecomunicações. O primeiro curso de engenharia que fiz foi em uma escola cara. E só dando aulas numa escola, não dava para pagar. Meu pai, naturalmente, tinha inúmeras dificuldades. Comecei a dar aulas e terminei meu primeiro curso de engenharia.

Já como engenheiro, trabalhava em São Paulo. Fiz o meu segundo curso de engenharia. Fiz engenharia elétrica com opção para eletrônica. Primeiro, recém-formado, fui trabalhar como contratado por uma empresa de consultoria técnica, a Promon Engenharia. Ganhamos uma concorrência. Trabalhei para a interiorização do sistema de telefonia no Estado de São Paulo àquela época.

Depois, ganhamos uma concorrência internacional. À época, estavam convidando grandes nomes na área. E eu tinha pouco tempo de experiência. Para a minha surpresa, fui convidado para ir à Nigéria, na África, onde iríamos implantar o sistema de telecomunicações daquele país.

Lá, começou a minha história aqui na Bahia. Houve o primeiro festival de arte negra do mundo que foi, efetivamente, na Nigéria. Naturalmente, para representar o Brasil, não podia ser diferente, maior população negra do País, foi, então, a Bahia representada. Estavam lá Menininha do Gantois, Cláudio Morgon, que era um grande dançarino baiano da época, Caetano, Gil, etc.

E foi a minha sogra, Eliete Magalhães, fundadora do Museu da Cidade do Salvador com vários livros publicados sobre a cultura negra. Em uma recepção feita lá, acabei conhecendo a minha esposa, Elide. Ela ficou, apenas, uma semana lá no festival. Depois que eu a conheci, fiquei, ainda, mais 9 ou 10 meses por lá.

Quando voltei, fui para São Paulo, pois a empresa, na qual eu trabalhava, era sediada lá. O coração bateu. E eu acabei vindo. Deixei toda a vida que tinha na Promon Engenharia, uma das empresas mais conceituadas à época. Vim para a Bahia.

Entre na Telebahia. Comecei tudo de novo. Comecei como engenheiro. Fui chefe de seção, chefe de divisão, assessor da presidência da Telebahia. Fomos convidados, eu e o engenheiro Hiroshi, a irmos ao Japão, representando, à época, o Ministério das Telecomunicações para definir o sistema de celular a ser implantado em nosso País. Tive a honra de fazer parte disso.

Depois disso fui convidado para ser diretor geral do Detelba, na época que João Durval era o governador do Estado, foi a época que levamos sinal de televisão para praticamente todo o interior da Bahia. Posteriormente, fui convidado para ser presidente da CERB, através do então governador Antonio Carlos Magalhães. Na CERB, e minha referência começa na Bahia, posso dizer até aí, não só na Telebahia, mas por todos os órgãos que passei, não só a Detelba como a CERB, eu tive a ousadia, está aqui Paulo Azi que era o meu diretor técnico na época, eu coloquei como presidente e chefe da auditoria interna o membro efetivo do PT, que foi indicado por Paulo Jackson. Está Abelardo aí, que foi quem sucedeu Paulo Jackson, para comprovar.

Não tive um dia de greve enquanto fui presidente da CERB. Na minha posse o ex-presidente entrou nos Correios num cordão polonês sob vaias, o sindicato lá fora. Soube dialogar com Paulo Jackson e com o sindicato de uma maneira geral, e depois quem veio suceder Paulo Jackson, quando ele veio para esta Casa, foi Abelardo. Nunca tive, repito, nenhum dia de greve, porque soube dialogar com o sindicato, um sindicato forte àquela época.

Depois, acabei me candidatando a deputado estadual, tive quatro mandatos seguidos, os quatro mandatos pelo mesmo Partido e mesmo grupo político. No exercício do meu mandato - e tive aprovação dos dois líderes da época, senador Antonio Carlos Magalhães e o ex-governador Paulo Souto - me convidaram para ser e exercer um honroso cargo de presidente da Assembleia Legislativa. Reuni com toda a minha Bancada que era extremamente majoritária.

Depois de sentar com minha Bancada e ter aprovação unânime dos meus companheiros eu tive outro desafio. Por duas legislaturas anteriores e algum tempo atrás a Oposição nesta Casa não tinha assento na Mesa Diretora. Como não tinha acordo, nós tínhamos maioria esmagadora, aprovavam toda a Mesa Diretora, que era composta por deputados do nosso grupo político.

Eu fui o primeiro, que depois de ter aprovação de 41 deputados da minha Bancada, sentei com a Oposição e dei a oportunidade proporcional prevista na Constituição e no Regimento Interno desta Casa. As comissões técnicas, da mesma forma, tivemos a proporcionalidade devida.

Não tem ninguém, aqui nesta Casa, que possa dizer, e está aí o presidente Marcelo Nilo que foi o intermediário da Oposição, na época, que fez com que tivesse uma votação única e praticamente total da Casa por um acordo que fizemos.

Não deixei de cumprir nenhum acordo que fiz com a Oposição na época, não

discriminei ninguém. Todo e qualquer tratamento que eu dava como presidente para um da minha Bancada, todo mundo sabia e eu dava também para a Oposição. Este foi meu comportamento, não só na CERB, o Detelba, nem a Telebahia. A Assembleia Legislativa, esta nossa Casa é testemunha do meu comportamento.

Eu, naturalmente, como vice-Líder da Oposição, meu querido Elmar, com muita honra fui seu vice-Líder, soube também cumprir o meu papel como opositor. Acho que todos nós deveremos, no fazer, fazer o melhor possível. Desempenhei no máximo, mas com responsabilidade. Todos os meus pronunciamentos aqui nesta Casa os fiz com dados, com elementos, com números para dar a credibilidade necessária que esse Parlamento sempre precisa, porque, via de regra, nós somos enxovalhados.

Da mesma forma como Líder do Democrata, outro cargo que muito me honra, estou procurando exercê-lo da mesma forma que exerci na vida, da mesma forma que o meu pai me ensinou: sempre fazer acreditando e dar o melhor de si.

Dessa forma, não estou aqui, meu caro amigo Paulo Azi, não estou aqui apenas para uma disputa. Não entendo essa disputa como sendo partidária. Errado de quem pensa assim, até porque todos nós, todos os deputados estaduais do Brasil reclamam de maneira correta que a Constituição de 1988 tirou praticamente todas as formas e prerrogativas que os legisladores estaduais têm, quando determinaram de maneira errada que qualquer projeto oriundo do deputado estadual não pode gerar ônus para o Estado.

Isso praticamente tirou 90% da nossa capacidade de legislar. E se nós já temos tão pouco para legislar, uma das poucas prerrogativas que nos restam são aquelas como esta que agora se coloca. Não tenho nada contra Zezéu Ribeiro, pelo contrário. Ele tem 50 anos de vida pública, tem uma trajetória ilibada, prestou vários serviços ao partido dele, foi secretário de Estado. Tanto é que o nosso Partido em momento algum contestou a indicação do deputado Mário Negromonte para o TCM. Por quê? Prerrogativa do governador. O nosso governo também já indicou.

Então não cabe a nós disputar ou contestar uma indicação que vem do Executivo, se é prerrogativa do Executivo. Da mesma forma que em nenhum momento pensamos em disputar uma vaga contra o companheiro João Bonfim, porque ele é da Assembleia Legislativa. É uma prerrogativa do Poder Legislativo. João Bonfim já tinha dado uma lição na época em que tinha condições, quando foi indicado o deputado Gildásio. Ele abriu mão para não ter disputa, porque ali só tinha uma vaga.

Então o que estou defendendo aqui é a nossa prerrogativa, das poucas que temos. Começamos a criar uma cultura, aqui no Poder Legislativo, com a eleição de Zilton, um deputado estadual. Era uma prerrogativa do Legislativo. Indicamos e aprovamos, todos nós. Depois veio Gildásio Penedo, da mesma forma. Foi uma votação praticamente unânime da Casa. Porque ele era um deputado estadual e era prerrogativa do Legislativo.

Por isso que com João Bonfim não lançamos candidato, porque é prerrogativa. Não há nada contra ninguém. Mas estou procurando exercer a prerrogativa. O que pode acontecer hoje com meu nome é o que poderá acontecer com V.Ex^{as} no futuro.

Porque se quebrarmos essa tradição, repito, que começou com Zilton e foi com Gildásio, está sendo com nosso companheiro Bonfim. Qualquer governador que ganhar a eleição, democraticamente pelo voto do povo, em outubro, por ser uma tradição quebrada, voltará a indicar quem não é e nunca foi deputado estadual.

Defendo que as prerrogativas do Poder Legislativo têm que ser preenchidas pelo deputado estadual ou por um ex-deputado estadual. Nunca por gente de fora. Não só por ter sido, com muita honra, presidente deste Poder, lá no Tribunal, se assim for o desejo de V.Ex^{as}, sei das dificuldades. Sei da vida dura que cada um tem, sei do que falam aqui da Assembleia Legislativa na imprensa e defenderei o Poder Legislativo. Porque aprendi a gostar do Poder Legislativo, nesses 18 anos aqui dentro. É o que peço a V.Ex^{as}, votem naturalmente com a consciência de cada um. Mas se quebrarmos uma tradição, meus amigos, qualquer governador pode se sentir à vontade para indicar qualquer um que nunca passou pelas dificuldades que temos aqui no Legislativo.

Vejam que hoje mesmo o presidente já deve ter conhecimento, juntamente com Paulo Azi, tiveram que ir ao Tribunal, toda hora querem cortar as nossas coisas. Mas por quê? Por que não cortam de outros Poderes? É só do Legislativo? Lá, eu defenderei porque conheço o Parlamento e sei das dificuldades, sobretudo que estamos em ano eleitoral. Serei um defensor se assim for o desejo de nós não abirmos mão do nosso direito, da nossa prerrogativa. Essa é a vaga que pertence à Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, não é de outro Poder. É isso que peço.

Na minha vida nunca tive nada fácil, sempre lutei de corpo e alma. Se eu tiver a honra de ter o voto de V.Ex^{as}, tenho certeza que não vou decepcioná-los. O meu comportamento no Tribunal de Contas do Estado, se assim for o desejo de Deus e de V.Ex^{as}, será o mesmo que eu tive como presidente desta Casa. Serei como deve ser um magistrado. O único compromisso que terei lá, diferente de quando eu fui presidente da Casa, será defender o Poder Legislativo, pois sei das dificuldades que temos.

Então, é nesse sentido que peço que V.Ex^{as} façam um exame de reflexão. Não podem querer politizar uma coisa que não é política. Repito, se o prezado deputado federal Zezéu Ribeiro fosse deputado estadual eu não estaria aqui disputando com um colega, sob nenhuma hipótese. Da mesma forma que não disputamos com o deputado João Bonfim. Em nenhum momento ventilamos, na reunião que tivemos, primeiro, contestar a indicação do Executivo, que é uma prerrogativa do Executivo, do Exm^o Governador Jaques Wagner, em nenhum momento pensamos em também disputar uma vaga com o prezado colega deputado João Bonfim, que é um deputado e uma prerrogativa do Poder Legislativo. E só sair cumprindo uma missão, sei que é difícil mas eu não sou candidato de oposição a ninguém. Considero-me candidato do Poder Legislativo para que não abramos mão da nossa prerrogativa.

Que Deus ilumine o coração de V.Ex^{as} e votem pelo futuro do Poder Legislativo. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Srs. Deputados, vamos iniciar a votação dos Requerimentos de nº 8.168/2014, de autoria da Bancada da Maioria, indicando o Deputado Federal Zezéu Ribeiro para ocupar a vaga de Conselheiro do TCE **(Publicado no DL de 21/05/2014)** e de nº 8.170/2014, de autoria da Bancada da Minoria, indicando o Deputado Gaban para ocupar a vaga de Conselheiro do TCE **(Publicado no DL de 27/05/2014)**. Gostaria que o 1º Secretário Paulo Azi sentasse aqui, e o deputado Rogério Andrade ou Fabrício Falcão, que são 2º ou 3º Secretários. Deputado Fabrício Falcão para vir à Mesa. Vou deixar só os fiscais aqui.

(O Sr. Presidente procede à chamada da votação nominal.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Gostaria de pedir que descessem, por favor. Peço ao meu amigo deputado João Carlos Bacelar e ao deputado Leur Lomanto... Vai votar agora, tudo bem.

(Continuação da votação.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Srs. Deputados, vou prorrogar a sessão por mais duas horas.

Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado.

(Continuação da votação)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Votaram todos os 60 deputados presentes. Vou marcar 10 minutos, conforme o acerto. Marquem 10 minutos no computador, por favor.

Está faltando o deputado Targino. Nobre deputado Targino Machado, está faltando V.Exª votar.

Marquem 10 minutos aí, que eu vou marcar aqui. São 8h19min. Obrigado. Vamos aguardar por 10 minutos a deputada Maria Luiza, a deputada Ângela Sousa e o deputado Targino Machado.

(Continuação da votação.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Nobre deputado Targino Machado, está faltando V.Exª votar. Ninguém mais vai votar. Vamos começar a contagem.

(É iniciada a contagem dos votos.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Srs. Deputados, alguns deputados saíram e vou ter que telefonar para eles. Haverá outra votação. Os deputados Euclides Fernandes, Aderbal Caldas, Rogério Andrade me pediram, achando que não iria haver nova votação... haverá nova votação, mas vou ter que avisar isso aos deputados que saíram. O Regimento diz que a nova votação tem que ser hoje, será imediata.

Vou ler a resolução: “Será declarado vencedor aquele que obtiver maioria absoluta. Se nenhum dos nomes indicados obtiver maioria absoluta, será realizada de imediato nova votação.”

Eu vou fazer hoje a segunda votação. Agora, vou ligar para o deputado Rogério Andrade, que eu liberei, para avisar que a votação será daqui a meia hora.

O Sr. Fabrício Falcão:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Fabrício Falcão.

Antes, informo que o resultado da votação foi 27 a 27, dois votos nulos e três brancos. Daqui a 1 hora recomeço a sessão e faremos nova votação.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Invocando a proteção de Deus, declaro reabertos os trabalhos.

Com a palavra o deputado Álvaro Gomes por 20 minutos.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Sr. Presidente, demais deputados, estamos nesta noite importante do debate democrático para a escolha do conselheiro para o Tribunal de Contas do Estado.

Fazemos um apelo não apenas à nossa Bancada, mas também a todos os parlamentares para escolher aquele que, assim eu entendo, melhor representa, com todo respeito ao outro candidato e colega nosso, deputado Gaban, que é o Zezéu Ribeiro. Ele é, sem dúvida nenhuma, a melhor alternativa.

Acho que não devemos debater com a visão de que só pode ser conselheiro quem é deputado estadual. Acho que pode ser conselheiro quem é deputado estadual, acho que pode ser também um deputado federal, um ex-deputado, um técnico. Acho que não devemos partir para o caminho corporativista de que deveria ser aquele que é atualmente deputado ou ex-deputado estadual.

O Sr. Luciano Simões:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Concederei um aparte a V.Ex^a.

Mas devemos escolher aquele que entendemos ser a melhor alternativa para o Tribunal de Contas do nosso Estado. E eu, sinceramente, entendo e defendo enfaticamente, que a melhor alternativa entre os candidatos é o nosso companheiro Zezéu Ribeiro. Conheço Zezéu há cerca de 30 anos, sei da sua capacidade, da sua lealdade, dos seus princípios éticos, da sua capacidade de fortalecer realmente aquele Tribunal, que precisa ser fortalecido, precisa ter cada vez mais conselheiros com esse perfil. E eu não tenho nenhuma dúvida de que o melhor perfil é o do deputado Zezéu Ribeiro.

Com o aparte o deputado Luciano Simões.

O Sr. Luciano Simões:- Deputado Álvaro Gomes, entendo, como V.Ex^a que o deputado federal Zezéu é um nome de respeito em toda a Bahia e em todo o Brasil. É um homem de luta, um homem de trabalho, um deputado respeitado, agora a discussão aqui na Assembleia Legislativa não é indicação do governador Wagner, não é indicação do Partido dos Trabalhadores, nem de PMDB, a questão que se discute é que a Assembleia Legislativa vai fazer a mesma coisa que aconteceu quando o Sr. Carlos Alberto Cintra era chefe do Ministério Público, que a todo instante, abria mão para o governo daquele momento de que o Ministério Público não indicasse a vaga. E temos aí Paolo Marconi, temos o jornalista Fernando Vita, e os deputados da Assembléia Legislativa ficaram à margem. E essas críticas aí se faziam antigamente através do deputado Paulo Jackson.

E, agora, assistimos, aqui, ao governo do Estado mandar o nome do Sr. Inaldo Paixão na vaga dos deputados. E eu votei contra. Foi o único voto contra que teve aqui. Ele, hoje, esteve aqui para ver as diárias dos deputados que é criada por lei.

E, agora, deputado Álvaro Gomes, o companheiro Zezéu podia disputar o

TCU, pois ele é deputado federal. Assim, cerceia-se uma vaga de Nelson Leal. Cerceia-se uma vaga do presidente Marcelo Nilo que poderia ser um candidato de consenso assim, também, cerceia-se uma provável vaga que poderia ser de J. Carlos ou de Zé Raimundo que é um ex-prefeito, um homem de valor.

Zezéu tem a vaga do TCU.

O protesto, aqui, não é contra o governador Wagner. O protesto é defender uma vaga privativa do Legislativo Estadual. Isso é um atentado contra os deputados estaduais. É a lei quem manda, deputado Álvaro Gomes. O deputado Gaban é candidato de protesto. Está a prova do Inaldo, hoje, na vaga da Assembleia.

Agora, o deputado Zezéu é um homem de valor e poderia estar disputando a vaga do TCU por competência de lei. E, hoje, assistimos, aqui, aos deputados estaduais verem acontecer o inesperado. Mais uma vez, o deputados estaduais abrem mão de uma vaga da Assembleia Legislativa, sem prejuízo da competência e da idoneidade de Zezéu.

Se continuarmos a abrir mão, os deputados estaduais não vão participar do Tribunal de Contas neste Estado, porque são órgãos auxiliares desta Casa. Não venha por aí. Que o deputado dispute o TCU! Mas, aqui, também? Que brincadeira é esta? O que é isso?

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Qual é o problema, deputado Luciano? Não tem nenhum problema o deputado Zezéu concorrer a uma vaga de conselheiro para o Tribunal de Contas do Estado, assim, como um técnico. Enfim, ele será uma outra pessoa que pode cumprir um papel no tribunal, assim como o deputado Mário Negromonte concorreu, ganhou e foi eleito e muito bem votado.

Na realidade, o problema não é a questão corporativista de a vaga ter de ser, necessariamente, para um deputado estadual. Pode ser um deputado estadual? Pode, mas não necessariamente. Eu acho que o deputado Zezéu Ribeiro assim como o deputado Mário Negromonte estão credenciados para ocupar a vaga.

O deputado Mário Negromonte foi eleito, aqui, por uma ampla maioria e teve, aqui, salvo engano, 50 votos. Ele foi muito bem votado, naturalmente, com votos, até, da Oposição. Teve votos da Oposição, sim, o deputado Mário Negromonte. Não houve esse questionamento com relação à escolha e com relação ao nosso camarada e companheiro João Bonfim que é deputado.

Então, observa-se que foram eleitos, aqui, um deputado estadual e um deputado federal para o Tribunal de Contas. E, agora, concorre um outro deputado federal.

Então, pediria o apoio, não apenas da nossa Base, mas dos demais deputados, com todo respeito que tenho ao outro candidato. Sinceramente, eu considero que o deputado Zezéu Ribeiro fortalecerá muito aquele Tribunal.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Um aparte.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Um aparte para o deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Meu deputado Álvaro, eu pedi este aparte para contrapor um pouco a tese do deputado Luciano Simões. Se isso fosse realidade, se isso fosse, inclusive, uma regra ética e tudo, o governador Jaques Wagner, na tese que

defendem o deputado Gaban e o deputado Luciano Simões, deveria indicar ou um secretário do Estado ou um assessor do Executivo, porque a vaga é do Executivo.

Na tese dele, então, ele está dizendo que não deveria ser o deputado Mário Negromonte. O governador deveria indicar um do Executivo. Não é isso. Veja, esta é uma visão estreita e equivocada acerca da Constituição do Estado da Bahia. Esta é uma visão corporativista. Por isso, o Parlamento, às vezes, é tão criticado, porque fazemos a defesa e parece que, nesta defesa, queremos tudo para nós.

A Constituição permite que qualquer cidadão com capacidade técnica colete aqui 20% dos votos. E ele é submetido ao regramento da Casa, assim como qualquer cidadã, independentemente de que posição esteja cumprindo na sociedade.

Então, nós não podemos permitir. Esse é um discurso, na minha opinião, contra o Parlamento, porque ele o expõe a uma visão corporativista e estreita que não permite que a sociedade dispute os espaços legislativos.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Concordo com V.Ex^a e incorporo o seu aparte ao meu discurso.

Inclusive na época da escolha do conselheiro Inaldo havia essa discussão porque o Parlamento estava profundamente desgastado, e o debate que prevaleceu aqui foi o seguinte: não vamos indicar um parlamentar, em função do desgaste. Vamos indicar um técnico. Então, deputado Rosemberg Pinto, V.Ex^a está correto. Não podemos ter essa visão corporativista. Temos de ter uma visão mais geral, mais ampla, aquela que melhor vai atender aos interesses da sociedade e que não pode ser centrada apenas nos parlamentares. Não são apenas os deputados estaduais que podem dar contribuição ao Tribunal de Contas do Estado da Bahia ou ao Tribunal de Contas dos Municípios.

Também não entendi muito bem o aparte do deputado Luciano Simões, porque conversamos e ele fez mil elogios ao deputado Zezéu. Até falou que votaria nele em voto aberto. Aí, não entendi. Disse que seria voto aberto, e de repente faz esse discurso. Então não sei qual o discurso que vale: se é o que ele falou para mim ou o que disse no aparte que me solicitou.

Mas acho que estamos aqui diante de uma personalidade, de um parlamentar que tem honrado o seu debate pela honestidade, pelos seus princípios éticos. É uma pessoa que realmente tem sido uma referência nacional pela sua lealdade, combatividade e competência. Portanto, acho que o deputado Zezéu Ribeiro, sem dúvida nenhuma, é a melhor alternativa para o Tribunal de Contas do nosso Estado.

Queria dizer que estamos vivendo na nossa sociedade um momento de avanço em que precisamos cada vez mais aperfeiçoar as nossas estruturas e instituições. E o nosso colega Zezéu Ribeiro, com certeza, dará essa contribuição para o aperfeiçoamento de ambas. Queria também abordar uma outra temática: exatamente a da situação que estamos vivendo hoje em nosso País. Não tenho nenhuma dúvida de que há uma disputa e dois projetos em debate nos cenários nacional e estadual. Um deles é o que quase destrói o Brasil, encabeçado pelo representante Aécio Neves, do PSDB. O outro é um projeto progressista que melhorou a vida de milhões de pessoas, representado na nossa Nação pela presidenta Dilma e aqui no nosso Estado pelo

governador Wagner. Agora também pelo candidato que lhe sucederá no próximo governo da nossa Bahia, o deputado Rui Costa.

Esses são os dois projetos. Não tenho nenhuma dúvida de que serão discutidos amplamente pela população. E com certeza nós teremos a vitória do projeto mais avançado porque, se observarmos o que foi o Brasil na era Fernando Henrique Cardoso e o que é na era Dilma e foi na era Lula, há uma diferença extraordinária, uma...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado.

Apenas quero informar que todos os deputados estão presentes. Na hora em que se encerrarem os discursos, eu já coloco em votação.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- (...) diferença substancial.

Então, concluindo aqui sobre os projetos eu quero dizer que o projeto progressista vai ser vitorioso, nacionalmente, no nosso Estado.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Gaban. O resultado anterior foi 28 Gaban, 27 Zezéu, 03 brancos e 02 nulos.

O Sr. GABAN:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, pessoal que nos prestigia nas galerias, inicialmente eu gostaria, do fundo do meu coração, esse para mim não deixa de ser um dos dias mais felizes da minha vida. Tivemos 16 votos da minha Bancada, 12 da Bancada do governo, entre votos brancos e nulos 05 votos, se somarem esses votos todos, 05 brancos e nulos com os 28 que eu tive, são 33. A maioria desta Casa entendeu a minha mensagem da necessidade do fortalecimento do Poder Legislativo.

Não estou, Sr. Presidente Marcelo Nilo, lutando em causa própria. Seria para mim uma honra enorme participar do Tribunal de Contas do Estado, preparei-me durante vários anos, conheço da matéria. Não estou com um projeto pessoal, estou com um projeto, como disse antes, de valorização do Poder Legislativo do Estado da Bahia. Essa maioria que disse não ao governo já me deixa extremamente satisfeito, porque é uma maioria que entende que não pode ter interferência, é uma maioria que entende que as prerrogativas do Poder Legislativo têm que ser respeitadas. Se nós tomarmos essa decisão hoje, e já temos a jurisprudência de Zilton Rocha para cá como eu já falei, nenhum governador vai ter coragem de interferir no Poder Legislativo.

Então, nesse sentido, cadê o Líder do Governo, deputado Zé Neto, eu gostaria de fazer uma proposição a V.Ex^a e ao Líder da Oposição, numa demonstração que a minha ideia, meu Líder Elmar, é o fortalecimento do Poder.

Não tenho pretensões pessoais, nunca tive na minha vida, porque a minha vida não foi fácil, eu não podia ter pretensão pessoal, até da forma como eu cresci na minha vida. Então, eu quero fazer uma proposta para mostrar: retirem, deputado Zé Neto, a candidatura do deputado federal e eu renuncio a minha candidatura, mesmo tendo ganho por 28 votos contra 27. Escolham um deputado estadual da base do governo, pode ser do PT, de qualquer um, eu não tenho discriminação com Partido, o

que eu quero é a valorização do Poder Legislativo.

Então, indiquem qualquer deputado estadual aqui presente que eu renuncio e retiro a minha candidatura. Está feita a proposta e aceitem com o maior prazer, minha querida Maria del Carmen, numa demonstração que o meu pensamento é esse. Eu gosto do Poder Legislativo, se eu estiver no Tribunal de Contas do Estado vou defender o Poder Legislativo contra as críticas infundadas que têm contra nós parlamentares. E tenho coragem para isso, porque minha vida inteira foi de luta, foi de labuta. Nada, nenhum desafio eu deixo para lá, vou até onde pode. No Tribunal defenderei, se lá chegar, com unhas e dentes o Poder Legislativo e as críticas infundadas.

Então, está feita a minha proposta: renuncio, neste momento, se indicarem qualquer colega, deputado estadual, da base do governo. Está feita a proposta, e esse é o meu interesse, fortalecimento do Poder Legislativo. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Elmar Nascimento.

O Sr. ELMAR NASCIMENTO:- Sr. Presidente, eu peço a atenção de V.Ex^a, eu não quis fazê-lo através de questão de ordem, porque eu tenho uma denúncia grave a fazer. O deputado Gaban acaba de dar a demonstração de que não é intenção da Oposição, em nenhum instante, fazer disputa entre governo e Oposição. É uma disputa da Casa, o deputado Gaban acabou de propor a esta Casa a retirada das duas candidaturas e a Maioria pode escolher o deputado que quiser. Da mesma forma que o deputado João Bonfim teve o nosso apoio, terá o nosso apoio o novo candidato escolhido.

Agora acabamos de receber uma denúncia de quatro deputados de que foram coagidos a fotografar o voto. Sr. Presidente, estou fazendo uma denúncia séria, porque se não ficará sob suspeição. Sugiro inclusive que deixem os celulares na mesa para entrar na cabine. Recebi uma denúncia grave! Acredito que um deputado não chegaria para me dizer esse tipo de coisa. Nunca houve na Assembleia Legislativa esse tipo de coisa em tempo algum.

O Sr. Zé Neto:- Coagido por quem?

O Sr. ELMAR NASCIMENTO:- Quer que eu diga também, deputado Zé Neto, quem foi que me disse? Quer que eu diga qual foi o deputado que me disse? Quero saber qual o problema de deixar o celular aqui e entrar sem celular na cabine de votação. Está lançando sob suspeição. Constitucionalmente eu não sou obrigado a dizer quem me disse... O Sr. Rosenberg Pinto:- Então é uma denúncia vazia.

O Sr. ELMAR NASCIMENTO:- (...) Se é denúncia vazia não tem problema. Fazemos o acordo, deixamos o celular em cima da mesa, ninguém entra com o celular na cabine. Não terminará bem esta sessão hoje. Não será na base da coação.

Quero-me dirigir aos Srs. Deputados que mandaram recado, quero saber se vão se submeter a isso. A que ponto chegou o nosso Poder, ter coragem de pedir a deputado para fotografar voto! O que querem fazer desta Casa e deste Poder? Será

que não entenderam o recado? Olhem o que estamos propondo: Gaban retira a candidatura dele, escolham um deputado aqui da Base. Pode ser do PT. Votamos em Zilton Rocha. Escolham um deputado estadual que votamos.

Admira-me muito um governo que se diz republicano mandar fotografar o voto, mandar entrar na cabine. Já a reação dos deputados do PT de não aceitar a proposta de deixar o celular em cima da mesa da Assembleia Legislativa faz com que acreditemos que realmente é verdade.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. Luciano Simões:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. ELMAR NASCIMENTO:- Com o aparte o deputado Leur Lomanto.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Nobre deputado Elmar Nascimento, estou em estado de choque. Confesso a V.Ex^a que estou aqui a quase 8 anos e nunca vi nada parecido. Querer tratar aqui deputado estadual como marionete é um absurdo...

O Sr. ELMAR NASCIMENTO:- E marginal, fotografar voto secreto é crime. É marginal.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- (...) Porque aqui ninguém é moleque para ter que fotografar voto e provar que votou em a, b ou c. O parlamentar tem o direito de votar com a sua consciência, como ele quiser. Ter que provar em quem vai votar... Pelo amor de Deus, Sr. Presidente! Não quero acreditar que possa haver algo parecido com essa denúncia que V.Ex^a traz agora. Este Parlamento tem que ter altivez. Acho que agora é uma questão de honra. Eu mesmo vou deixar o meu celular ali. É uma questão de honra para as Srs. Deputados que aqui estão.

O Sr. ELMAR NASCIMENTO:- Vamos deixar e se aparecer voto fotografado haverá problema. Todos nós, deputados de Oposição, vamos deixar os nossos celulares em cima da mesa. Mandaram fazer um crime aqui na Assembleia Legislativa.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Só concluindo meu aparte, quero parabenizar V.Ex^a e me associar as suas palavras.

O Sr. ELMAR NASCIMENTO:- Isso é brincadeira? Uma barbaridade dessas! Com o aparte, deputado Luciano Simões.

O Sr. Luciano Simões:- Nobre presidente deputado Marcelo Nilo, no passado na Assembleia Legislativa fomos vítimas de marcação de votos. Atualmente, depois do voto eletrônico, ficou proibido pela lei eleitoral que o eleitor vá à cabine com o seu celular para que não quebre o sigilo do voto. É uma proibição legal. Por outro lado, nos concursos do Enem, nos vestibulares das universidades, é proibido o aluno entrar com celular para não quebrar o sigilo das provas. E a Assembleia Legislativa deve ser coerente com a legislação pátria. Num momento como esse de luta da Assembleia Legislativa da Bahia para não ser derrubada outra vez como foi com a indicação do Inaldo Paixão na vaga da Assembleia, não pode deixar, agora, a indicação de Zezéu na vaga da Assembleia, que poderia concorrer ao TCU, que é o Tribunal de Contas do governo federal. Não podemos, deputado Marcelo Nilo, ter mais uma humilhação na Assembleia. E o voto com o celular é quebra de sigilo e é causa de anulação da votação, se for requerer ao Judiciário baiano e ao Judiciário

brasileiro.

O Sr. ELMAR NASCIMENTO:- Ouço, agora, o nobre deputado Bruno Reis.

O Sr. Bruno Reis:- Nobre Líder Elmar Nascimento, as informações que chegam ao nosso conhecimento é que existe até um rito para o cometimento desse crime. Tem até um ritual, é ir com o celular para a cabine de votação; segundo, pegar o celular e fotografar e, terceiro, mostrar a foto ao presidente. Sr. Presidente, não acredito, conheço V.Ex^a e sei que jamais participaria de um procedimento como esse, mas teve uma cartilha do PT dizendo até como se deve votar. Isso é um absurdo.

Então, a questão de ordem do nobre deputado Elmar Nascimento é pertinente. Qual o problema de deixar o celular antes da votação? Essa é uma exigência legal para o voto secreto. Então, deputado Elmar Nascimento, apoio o discurso de V.Ex^a de que nós, deputados, ao nos dirigirmos à cabine de votação devemos antes deixar o celular.

O Sr. ELMAR NASCIMENTO:- Deputado Sandro Régis.

O Sr. Sandro Régis:- Deputado Elmar Nascimento, primeiramente, quero parabenizar V.Ex^a pela condução dos trabalhos desta noite. E dizer que o que V.Ex^a traz a este Plenário é uma denúncia muito grave. Não é uma denúncia contra os deputados e, sim, uma denúncia contra o Parlamento. Aqui existem 63 membros que foram eleitos pelo povo e tenho certeza de que não irão se submeter a uma situação dessa. A uma situação que tem que fotografar o seu voto para dizer em quem votou. Tenho 12 anos nesta Casa e nunca ouvi falar numa situação dessa. O parlamentar que se submeter a isso não merece o voto de sequer um cidadão, porque é um parlamentar que não se respeita. E quem não se respeita, não deve ser respeitado.

Muito obrigado, nobre Líder Elmar Nascimento.

O Sr. ELMAR NASCIMENTO:- Deputado Zé Neto, ouço V.Ex^a.

O Sr. Zé Neto:- Deputado Elmar, primeiro, acho próprio do Parlamento disputas como essa. V.Ex^a está colocando coisas que envergonham mais ainda ao dizer que os deputados têm que deixar o celular. Isso é vergonhoso também.

Por outro lado, se for olhar o que é obrigado e o que não é, há muitos Parlamentos que exigem voto aberto para tudo. Então, não vamos entrar nesse debate.

O Sr. ELMAR NASCIMENTO:- Ah, tá vendo que foi verdade! Mas, deputado Zé Neto, V.Ex^a defender esse tipo de coisa!

O Sr. Zé Neto:- Não é verdade, até porque não houve imposição nenhuma de ninguém. Deputado Elmar, ouvi V.Ex^a falar. É do processo democrático, deputado Elmar. A previsão é de que haja até três eleições. Tive o cuidado de chamar nossa Bancada. Para mim, quem vai na reunião da Bancada de governo e toma a decisão coletiva de Bancada de maioria, porque não é de governo, é de maioria, sou Líder da Maioria, e quem foi para uma reunião de maioria decidir por um candidato deve honrar sua palavra e deve honrar a sua palavra e deve honrar o seu compromisso. Se vai ter não sei o quê, não vou entrar nesse mérito. Estou tranquilo com a minha consciência. V.Ex^a há de convir, tem três votações, vamos até a terceira, vamos saber como é que vai até a terceira.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Zé Neto, só vai ter a segunda

votação. Não trabalhe essa terceira, não.

O Sr. Zé Neto:- Estou dizendo a ele que tem três votações, se tem uma, tem duas, tem três. Você tem até três votações, vou para a segunda agora. Então, vamos lá saber como é que vai ficar. É essa a jogada da democracia, a jogada do Parlamento, é isso que vai dizer quem ganhou ou quem perdeu.

O Sr. ELMAR NASCIMENTO:- Meus caros deputados, não acredito que nenhum vai se submeter, como o deputado Sandro Régis disse, a se humilhar, aceitar fotografar o seu próprio voto. É uma desmoralização completa.

Acabamos de oferecer a renúncia dos dois candidatos para ter o terceiro. O governo não entendeu o recado ainda, é só não votar. Os votos nulo e branco vão forçar uma segunda, uma terceira, o deputado Zé Neto deu a senha, vai forçar, se não passar na segunda, se não passar na terceira, são obrigados a fazer isso, o governo não entendeu o recado. Não adianta obrigar. Só não peça para fotografar porque aí não é democracia.

O Sr. João Carlos Bacelar:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. ELMAR NASCIMENTO:- Com o aparte o deputado João Carlos Bacelar.

O Sr. João Carlos Bacelar:- Deputado Elmar Nascimento, a denúncia que V.Ex^a faz é muito grave, salvo engano há um projeto da deputada Luiza Maia que diminui o número de votações secretas na Casa. O deputado Zé Neto já quer atropelar isso, ele não deixa o projeto da deputada Luiza Maia vir a plenário e quer através, segundo sua denúncia, de meios escusos fazer com que o voto seja aberto. Deputado Elmar Nascimento, sua denúncia merece no mínimo que todos os deputados deixem na mesa os seus celulares, senão esta Casa hoje estará fazendo uma votação viciada.

O Sr. ELMAR NASCIMENTO:- Quero apenas lembrar, deputado João Carlos Bacelar, que já aconteceu: quebra de sigilo do voto significa falta de decoro parlamentar e caso de cassação. Todos nós, da Bancada de Oposição, vamos deixar o celular em cima da mesa. Se aparecer fotografia de voto na imprensa depois, houve a quebra de sigilo comprovada, e vai ter que ser aberta uma investigação nesta Casa.

O deputado federal Zezéu Ribeiro não tem a necessidade de ir para uma indicação sob essa suspeição, sob essa grave suspeição sobre a sua cabeça. O deputado Zezéu Ribeiro não tem necessidade disso, a história dele não precisa disso. Se eu fosse o deputado Zezéu eu estaria envergonhado com o resultado que teve aqui agora e renunciaria, telefonaria e diria: tira o meu nome, compreendi. Vocês querem obrigar, se quisessem votar e aprovar, tinham aprovado na primeira. Para que é feita a resolução? Leia a resolução.

Carlos, me dê aqui a resolução para eu ler. A resolução fala quando tem mais de três candidatos, porque aí é possível não ter 32. Diz o seguinte: (Lê) “A votação será secreta constando todos os nomes dos indicados num única cédula. Será declarado o vencedor o indicado que obtiver maioria absoluta dos votos. Se nenhum dos nomes indicados obtiver a maioria absoluta, será realizada de imediato nova votação, concorrendo apenas os dois nomes mais votados, sendo que na ocorrência de empate entre os candidatos para concorrer em segundo turno, permanecerá na disputa

o mais idoso. É para disputa de dois turnos, no caso mais uma vez nenhum dos concorrentes venha a obter a maioria absoluta, serão realizadas novas votações até que algum deles a obtenha. Parágrafo 4º: decorridas 3 votações sem que nenhum dos dois candidatos obtenha a maioria absoluta, serão declarados rejeitados.”

O deputado Zezéu Ribeiro não precisa passar por isso. Eu, no lugar dele, ligava e renunciava. Dos 33 deputados, 28 votaram no deputado Gaban, 2 votaram nulo e 3 votaram em branco, manifestando-se que não queriam o nome dele. Só tinham dois. Já teve o segundo turno, não teve três candidatos para ter dois turnos, o segundo turno já teve e não quiseram o candidato.

O deputado Gaban foi o instrumento da nossa tese. A nossa tese foi vencedora, e o que a maioria deste Parlamento quer é que seja um deputado estadual.

Continuamos a dizer ao deputado Zezéu Ribeiro, se ele estiver a nos assistir: V.Exª não precisa disso. Ligue para o deputado Zé Neto e renuncie à candidatura para elegermos até um deputado do PT.

Escolham. É isso que a maioria do Parlamento deseja.

Sugiro, deputado Zé Neto – V.Exª não se pronunciou sobre isso –, que escolham um deputado do PT. Reúna a Bancada, escolham um deputado de mandato, um deputado daqui. Nós votamos em Zilton Rocha. Esta é a nossa tese. Este é o compromisso.

Por último: ninguém aceite a ideia de fotografar o voto. Não se humilhem. Não votem de novo, não garantam a maioria de novo. A Maioria será obrigada a entender que terá que anular o edital, baixar novamente o edital de inscrição. Entenderão o recado.

Será possível que numa Bancada de 46 deputados – 45, menos o deputado João Bonfim, que foi aprovado hoje –, não haja um deputado que tenha a confiança da Maioria, que sirva? Será possível? Está muito claro o recado a respeito do que quer a maioria desta Casa.

O Sr. Luciano Simões:- V.Exª me concede um aparte?

O Sr. ELMAR NASCIMENTO:- Concedo um aparte ao deputado Luciano Simões.

O Sr. Luciano Simões:- Deputado Elmar Nascimento, outro ponto: se o deputado federal estivesse passando necessidade financeira... O deputado Zezéu aposenta-se como deputado federal e já é aposentado com a integralidade do subsídio de vereador da capital, pelo IPS. Está nos jornais, na televisão, em todos os lugares. Então, não existe necessidade, porque o deputado tem direito à aposentadoria pela Câmara federal, além de ter aposentadoria como vereador, pelo IPS, assim como teve o deputado João Carlos Bacelar, que foi vereador.

O Sr. ELMAR NASCIMENTO:- Apelo a esta Casa para que não saia deste processo menor do que entrou. Recebi a denúncia. Se houve, se foi verdade, aí é que o motivo está configurado.

Não precisa provar a Gaban, não. Ele já cumpriu o papel dele, ele era o anticandidato, não esperávamos que tivesse 28 votos. Não permitiremos que ninguém seja eleito nessas condições. Tem de ser um deputado.

O que estou defendendo agora, os deputados que são governo hoje, se forem Oposição amanhã, defenderão a mesma coisa. É o certo, e a consciência de vocês sabe que votar pela não-aprovação de um nome de fora é votar em nós mesmos.

Ninguém impõe. Não é desse jeito. O deputado Zé Neto vem aqui, ameaça, diz que quem escolheu tem que ter palavra. V.Ex^a sabe que não foi assim. O deputado Zezéu Ribeiro não foi escolhido por V.Ex^{as}. Se V.Ex^{as} tivessem direito de escolher, teriam escolhido um colega. Não foi assim, o nome veio de fora.

O voto é secreto, mas o que vale é a consciência. Não adianta ameaçar, dizer que tem que ter palavra, honra, quando se é intimidado. O voto secreto funciona dessa forma. Já foi dado um recado, vamos dar outro. Haverá a segunda votação, pode vir a terceira, a quarta e a quinta. Tem que prevalecer a altivez desta Casa.

Propor fotografar o voto é imoral, é ilegal, é crime, é falta de decoro parlamentar. Se algum deputado propôs isso, ele é imoral e não merece o respeito de ninguém. Eu reajo com indignação. O senador Antonio Carlos morreu, e eu saí desta Casa inimigo dele, porque não aceitei me rebaixar.

Não é possível que nesta Casa tantos companheiros – e eu conheço todos – se rebaixem a aceitar esse tipo de coisa, esse tipo de intimidação. O recado foi dado. Apelo para a consciência de cada um. O voto que vocês darão agora em Gaban, nulo ou em branco é o voto de vocês, porque ninguém é dono dos seus votos. São vocês que perdem noite, que arriscam a vida na estrada. Ninguém tem o direito de exigir isso de vocês.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Alan Sanches.

O Sr. ALAN SANCHES:- Sr. Presidente, deputados, deputadas, esta noite entra para a história. V. Ex^{as} estarão aqui no próximo pleito – não tenho dúvida disso –, e lembraremos desses acontecidos. Cada vez é um aprendizado nesta Casa com a Oposição. Os deputados da Oposição são extremamente inteligentes. Parabéns, deputados Elmar, Gaban, Bacelar, Bruno. Todos vocês são extremamente inteligentes. Mas a nossa Bancada é unida. Eu não tenho dúvida disso.

Quando falamos aqui, trazem pesquisas...

(Os deputados da Oposição se manifestam.)

O Sr. ALAN SANCHES:- Eu escutei V.Ex^{as}. Aí já é o desespero. Quando começa assim, já é o desespero da derrota se anunciando. As pessoas ficam aqui imaginando... As pesquisas que estão na rua, que noticiaram. Buscarei o passado dessas pesquisas. Se não me engano, em 1994, quem estava em último lugar era Paulo Souto, com 3%, e João Durval, com 40%. Quem ganhou a eleição, naquele momento, foi Paulo Souto. Nem falarei de Wagner quando se fala das pesquisas. Também não falarei de Dilma.

Sairemos daqui e iremos para Recife, porque todo o mundo gosta de falar de lá. Quando Geraldo Júnior tinha 5%, Humberto Costa, do PT, tinha 40%. Quem ganhou a eleição? Geraldo Júnior, que tinha 5%. A avaliação positivíssima... Qual foi a

avaliação de Jaques Wagner agora? Positiva, 60%. Não adianta, porque esse autoritarismo que V.Exª quer empregar aqui, deputado Leur Lomanto Júnior, é de Geddel, não é seu. Isso não é seu. Isso é de Geddel. Não fale assim que isso não é seu. V.Exª é um cidadão prendado e cortês. O autoritarismo é de Geddel. A ditadura é de Geddel, não é sua. V.Exª é extremamente cortês. O Sr. Leur Lomanto Junior:- V.Exª me permite um aparte?

O Sr. ALAN SANCHES:- Darei o aparte. Tenho muito tempo ainda, comecei a falar agora. V.Exª sempre ocupa estes microfones, fala tanto aqui.

Na verdade, a nossa Bancada se reuniu, foi uma decisão de Bancada. É uma decisão de grupo. Temos grupo, não é só uma pessoa. Não adianta chegar aqui e dizer, de uma hora para outra, como se um conselheiro de um tribunal não fosse nada. Como se fosse decidir agora: “Você será conselheiro do tribunal”. Todos que aqui foram votados já estavam trabalhando isso há muito tempo, fazendo a sua levada há muito tempo, como tivemos o João Bonfim, que na vez anterior não conseguiu sucesso porque não era o seu momento. Agora, o companheiro Zezéu foi aceito pela Bancada, por Otto Alencar, por Jaques Wagner, por todo mundo. Foi discutido com todos. Por que não? Eu não tenho dúvida de que seremos vitoriosos. Eu não tenho absolutamente nada contra Gaban. É meu amigo pessoal, nós nos encontramos muito. Isso aqui é uma decisão de Bancada. Votaremos unidos, porque é o projeto. É muito maior do que apenas uma pessoa. Neste momento, não seremos derrotados. Não tenho dúvida de que seremos vitoriosos.

O Sr. Fabrício Falcão:- V.Exª me permite um aparte?

O Sr. ALAN SANCHES:- Com um aparte o deputado Leur Lomanto Junior. Depois, o deputado Fabrício Falcão.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Nobre deputado Alan Sanches, eu, de forma nenhuma, procurei ser autoritário neste Plenário...

O Sr. ALAN SANCHES:- Não tenho dúvida, porque não lhe cabe. Esse papel não é seu.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- (...) Eu só quis demonstrar, sobre o fato que V.Exª está relatando com relação à pesquisa na cidade de Recife, que a grande diferença é que o governador tinha 80% ou 90% de “bom” e “ótimo”. Ao contrário do que acontece na Bahia. A avaliação do governador Jaques Wagner está entre as piores do Brasil...

O Sr. ALAN SANCHES:- V.Exª não leu a pesquisa.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- (...) Repito, está entre as piores do Brasil e está descendo ladeira abaixo. Só quis fazer este registro. São os fatos, deputado. Só quis fazer este registro, e não é uma forma autoritária. V.Exª me conhece, sabe que jamais ajo dessa forma...

O Sr. ALAN SANCHES:- Eu sei. Sou testemunha disso. Não lhe cabe isso.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- (...) Só queria fazer esse reparo e dizer a V.Exª que, com relação ao Tribunal de Contas do Estado, se há alguém que está sendo autoritário, é o governador Jaques Wagner, que impôs as candidaturas que quis. Isso é público e notório. O governador quis fazer uma reunião aqui para coagir os

parlamentares, ameaçar os parlamentares a votar. Não pode ser aqui, levou para a Fundação Luís Eduardo Magalhães. Estou mentindo, deputado Alan?

O Sr. ALAN SANCHES:- Está.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Não teve reunião com o governador?

O Sr. ALAN SANCHES:- Reunião de Bancada com o governador.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Não foi para tratar desse assunto?

O Sr. ALAN SANCHES:- Absolutamente, foram assuntos diversos.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- V.Ex^a está faltando com a verdade. Teve a reunião, foi lá ameaçar, pedir, pois era um projeto de governo.

O Sr. ALAN SANCHES:- Obrigado, deputado. Fico até surpreso. Parece que estão filmando a reunião, dizendo que tem isso e aquilo, quando não acontece. Inventam até factóides, dizendo que acontecem determinadas coisas nas regiões da nossa Bancada.

O Sr. Fabrício Falcão:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. ALAN SANCHES:- Deputado Fabrício com o aparte, por favor.

O Sr. Fabrício Falcão:- Só fico com medo porque os nobres deputados da Oposição às vezes sabem dos fatos das reuniões nossas mais rápido do que nós mesmos.

Na verdade, nobre deputado Leur, o nosso governador republicano, amigo, nos convida para almoço, jantar, café da manhã, para discutir o governo, discutir esta Bahia de todos nós o tempo todo, essa Bahia vitoriosa que governa para o povo sem chicote. Essas reuniões são cotidianas. Não foi reunião extra.

O governador não precisa vir aqui para dar escracho em nossa Bancada porque ele nunca fez isso. Nunca vi o governador de cara fechada sequer com uma pessoa na rua, porque é um homem diferente, um homem puro, um homem íntegro, que governa com republicanismo, com seriedade, com respeito.

Com relação a esta votação, essa discussão de tirar Zezéu, colocar outro deputado, eu não concordo. Acho que o deputado Zezéu tem todas as qualificações, a votação é dos deputados, mas não é um cargo privativo nosso. Qualquer cidadão de idoneidade moral, de comprovado conhecimento técnico, acima de 35 anos, pode dispor-se a colocar o nome para ser discutido.

O Sr. ALAN SANCHES:- Obrigado, deputado Fabrício.

O Sr. Fabrício Falcão:- O deputado Zezéu tem mais de 20 anos de Parlamento, homem público, conhecido pela Bahia, terá o nosso voto, o nosso apoio, sim.

O Sr. Rosemberg Pinto:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. ALAN SANCHES:- Deputado Rosemberg.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Deputado Alan, acho que essa discussão está tomando um rumo extremamente ruim em razão de algumas colocações da Oposição. Primeiro, faz um discurso parecendo que os deputados estão disputando espaço no Tribunal de Contas do Estado, o que não é verdade. Segundo, o deputado Zezéu não está participando desta discussão, como tentou falar o deputado Luciano Simões, por questões financeiras, que ele já tem a aposentadoria; isso é bobeira.

Quero dirigir-me aos nossos deputados de governo para dizer que já tivemos

uma primeira votação, e que vamos ter a segunda votação. Talvez nós não tivemos a oportunidade de ter uma reunião de Bancada antes para vir para essa votação, num processo de unidade no sentido de defender os interesses desse agrupamento de maioria. É por isso que essa votação vai se dar dentro de uma visão de unidade, onde nós teremos a maioria, para que Zezéu seja escolhido pela maioria desta Casa para ser o próximo conselheiro do Tribunal de Contas do Estado.

O Sr. ALAN SANCHES:- Deputado Gaban, V.Ex^a sabe do apreço que lhe tenho, da admiração, a competência que sei que teria no Tribunal de Contas. Acho que V.Ex^a cumpriu bem o seu papel e tenho certeza que a minha Bancada do PSD - eu, como líder da Bancada – vai votar unida no candidato que nós escolhemos, que nós nos comprometemos, e tenho certeza de que sairemos vitoriosos.

Um abraço a todos vocês. Vamos juntos nessa votação.

Obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. Luciano Simões:- Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pela ordem, deputado Luciano Simões.

O Sr. Luciano Simões:- Deputado presidente Marcelo Nilo, V.Ex^a, se não fosse um homem inteligente e de conhecimento, jamais estaria pela quarta vez nessa cadeira. V.Ex^a entende bem que quando o Regimento da Casa não prevê determinadas restrições ou caminhos jurídicos, V.Ex^a, como magistrado, tem de recorrer à legislação pertinente. No caso, presidente, temos o Código Eleitoral, que proíbe o acesso do eleitor com telefone celular à cabine de votação, para garantir a inviolabilidade do voto. Sabe V.Ex^a também que nos vestibulares e no Enem, promovido pelo governo federal, é proibido o uso de celular nas dependências das universidades e nos locais onde são aplicadas as provas. Então, V.Ex^a, no seu entendimento, tem de usar da legislação supletiva. Não se pode quebrar a inviolabilidade do voto, nesta Casa, nesta noite. Se o Regimento Interno não prevê, V.Ex^a usa a legislação supletiva.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Paulo Rangel, V.Ex^a ainda quer falar?

O Sr. Paulo Rangel:- Eu desisto, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Desiste?

O Sr. Paulo Rangel:- Sim, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Nós já estamos prontos para votar. Tem mais alguém para falar?

O Sr. Yulo Oiticica:- Eu quero, Sr. Presidente.

(Vários deputados falam ao mesmo tempo fora do microfone)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- O deputado Yulo Oiticica quer falar, e eu não posso negar.

O Sr. Luciano Simões:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Luciano Simões.

O Sr. Luciano Simões:- Eu gostaria de uma resposta de V.Ex^a a respeito da questão de ordem....

O Sr. Yulo Oiticica:- Está assinando ainda!

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, depois eu te dou uma resposta, pois estou assinando a cédula.

O Sr. Luciano Simões:- Pois não, Sr. Presidente.

O Sr. Yulo Oiticica:- O presidente ainda está assinando. Tenham calma que o café da manhã ainda não chegou.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):-Com a palavra o deputado Yulo Oiticica.

O Sr. YULO OITICICA:- Srs. Deputados, Sr^{as}. Deputadas, é lamentável que estejamos vivendo esse capítulo diante dos três últimos vividos, quando elegemos, nesta Casa, os outros conselheiros.

Obviamente, que eu não quero, aqui, conceituar a democracia. Eu poderia usar o conceito mais comum, que é o poder da maioria sobre a minoria, ou poderia usar o conceito que, algumas vezes, Fidel Castro deu, deputado Bruno Reis, que é a oportunidade de eleger um incompetente, um corrupto.

Portanto, eu não vou devanear sobre os conceitos de democracia, mas falar dos capítulos das últimas eleições que vivemos. Elegemos o deputado Zilton Rocha, que foi uma decisão da Bancada do PT discutida naturalmente com a grande Bancada de governo e a grande Bancada de Oposição.

O deputado Zilton Rocha foi eleito majoritariamente, conduzido ao Tribunal e lá, sem dúvida, cumpriu um papel extremamente importante, que foi o de ter independência diante da avaliação das contas, inclusive, em alguns momentos, deixando alguns deste Poder descontentes. Certo ou errado, o fato é que ele não abriu mão do que ele tinha de fazer, que era julgar segundo a sua compreensão técnica e a sua consciência.

Depois elegemos um técnico, o Dr. Inaldo, um técnico importante. A Assembleia o indicou não numa perspectiva meramente fisiologista, mas achando que era alguém apto para assumir um papel importante no Poder que nos ajuda, pois é um Poder auxiliar ao nosso. Posteriormente, elegemos o deputado Gildásio Penedo Filho, um deputado muito jovem. Portanto, alguns, ainda na lógica do passado, acharam um absurdo, porque o deputado Gildásio era muito jovem, ficaria muito tempo no Tribunal e, portanto, aquela cadeira não esfriaria tão cedo.

Agora, mais uma vez, temos a oportunidade de continuar essa bela história do último período e eleger três homens que orgulham, sem dúvida, a política baiana e brasileira. O fizemos, nos dois primeiros momentos, na eleição do deputado federal Mário Negromonte e do deputado estadual João Bonfim.

Ao elegermos o deputado Mário Negromonte, um homem sério, a Assembleia Legislativa deu uma prova importantíssima de que não dá para ficar de cócoras diante da lógica de uma imprensa marrom que acredita que pode destruir a vida de qualquer político, porque achou que encontrou alguma coisa. E o que diz a lei brasileira não é isso, a lei diz que todos são inocentes até que se prove o contrário. Nós não nos submetemos. A essa lógica. Depois elegemos um deputado desta Casa, que é um

deputado, inclusive, que mostrou da última vez que pleiteou legitimamente e depois recuou, em razão das circunstâncias...

Agora, temos a oportunidade de elegermos um deputado federal, um nobre baiano que tem 50 anos de vida dedicados à política brasileira e absolutamente nada que venha borrar, um dia, a história do parlamentar que é o deputado Zezéu Ribeiro. Ele não só orgulha profundamente o PT baiano, o PT brasileiro, mas orgulha à política brasileira, como eu disse, porque tem uma trajetória marcada na política com P maiúsculo. Foi candidato a governador da Bahia; candidato a prefeito de Salvador; ex-secretário de Estado; vereador da nossa capital; deputado federal por várias vezes; um nome de conduta ilibada e que nos orgulha. Infelizmente, neste momento, a grande questão que temos aqui é a contradição de alguns, que preferem fazer política sem os princípios morais. Quando aderimos a um programa, a um projeto, a um governo não deve ser por força do cargo, em que pese a natural divisão de cargos. Na corrupção, divide-se dinheiro; na democracia, divide-se poder. Isso é natural. Mas obviamente que isso não deve ser o único motivo que leve alguém a sair de um grupo e ir para outro, sair de uma bancada e ir para outra bancada, ou até mudar de partido. Deve ser, verdadeiramente, o alinhamento com o projeto.

Neste momento, infelizmente, 16 ou 17 deputados da Base do governo, que poderiam, legitimamente, dizer, anteriormente: “Não topo esse nome; não quero discutir esse nome; estou aborrecido com fulano, com beltrano...” Sentaríamos e discutiríamos dentro do processo do bom debate, do bom diálogo. Mas o que vejo aqui é traição, é incoerência, é falta de dignidade de alguém que diz ser de um grupo e vota no candidato de outro.

Não dá para ficar com essa balela de que a vaga é da Assembleia, ou coisa desse tipo.

Eu concluo, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, dizendo que precisamos ter coerência. Quando fazemos política, escrevemos a nossa biografia. E termino dizendo que é preciso, de fato, que todo voto seja aberto, para que cada um possa, dessa forma, se não pelos princípios morais, ter a coragem de assumir o ônus e o bônus de sua posição.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Vamos começar a votação.

O Sr. Elmar Nascimento:- Presidente, o deputado Luciano Simões pediu questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Eu não posso pedir ao deputado para deixar o celular aqui ou acolá. Seria uma ofensa da minha parte pedir isso ao deputado. Quem quiser...

O Sr. Elmar Nascimento:- Presidente, há precedentes. Saiu na televisão, inclusive, investigação da Polícia Federal retratando a anulação de vestibular, pois foi comprovado que fotografaram o gabarito e o mesmo foi transferido. Eu queria fazer um apelo a V.Ex^a pela lisura do pleito. V.Ex^a pediria. V.Ex^a não vai dar ordem. Mas

quanto a pedir isso aos deputados, V.Ex^a pode fazer.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Eu não posso, deputado. Eu não posso pedir isso aos deputados. Vestibular é uma coisa. Votação é outra. Eu não posso. Seria uma humilhação minha pedir ao deputado que deixe o celular. Eu não posso.

O Sr. Elmar Nascimento:- Sr. Presidente, é a garantia da votação secreta.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, o voto secreto está garantido. Agora eu não posso ao deputado... Acho isso uma humilhação. Eu, como presidente, pedir ao deputado que deixe o celular? A pessoa é maior e vacinada. Eu não posso, deputado.

O Sr. Joseildo Ramos:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Joseildo Ramos. Seja breve, por favor, deputado.

O Sr. Joseildo Ramos:- Sr. Presidente, todos aqui conhecem as normas legais. E quanto partir da presunção da culpabilidade aqui nesta Casa? Sinceramente!!!

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Primeiro, deputado Aderbal Caldas.

O deputado João Carlos Bacelar me pediu desde cedo para votar. Pois não, deputado.

Quem quiser que deixe o celular. Quem não quiser deixar que entre.

Deputado Aderbal Caldas. Cadê ele? (Pausa)

Deputado Adolfo Menezes. (Pausa)

Deputado Adolfo Viana. (Pausa)

O Sr. Elmar Nascimento:- Deputado Adolfo Viana, deixe o celular aí em cima. (Há tumulto no Plenário.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Paulo Azi, V.Ex^a está à Mesa, deixe o deputado votar, pelo amor de Deus!

(Vários Srs. Deputados manifestam-se ao mesmo tempo fora do microfone.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Por favor!

Srs. Deputados, eu faço um apelo.

Deputado Aderbal, vote ali, por favor.

Por favor, deixem votar o deputado Adolfo Viana; depois, será o deputado Aderbal. (Pausa)

Srs. Deputados, eu quero dar uma informação importante. Deputada Kelly, só um segundinho. Não pode escrever nada na cédula. Teve um voto, aqui, que foi anulado. Só pode marcar um x. Se botar alguma coisa fora do quadrilátero, o voto é nulo. Tem de botar no quadrilátero. Teve um voto anterior em que escreveram um nome lá: “Senhor, sio.” O voto foi considerado nulo. Não pode escrever nada na célula, apenas marcar um x.

Deputado Alan Sanches.

(Vários Srs. Deputados falam ao mesmo tempo fora do microfone.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Paulo Azi, V.Ex^a está à Mesa, por favor. Vamos respeitar o direito do cidadão votar. É o direito dele votar. Ele demore quantos minutos quiser. Eu não posso. É o direito do cara votar e demorar do jeito que ele quiser. Eu não posso.

(Vários Srs. Deputados falam ao mesmo tempo fora do microfone.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Leur, vamos respeitar os colegas. Deputado Paulo Azi, eu faço um apelo, V.Ex^a está à Mesa. A Mesa tem de ser imparcial.

O Sr. Luciano Simões:- Sr. Presidente...

(Vários Srs. Deputados falam ao mesmo tempo fora do microfone.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não tem nada de flash ali.

Ele demore quantos minutos quiser, mas eu não posso interferir. É direito do parlamentar votar do jeito que ele quiser.

Deputado Leur, vamos deixar o deputado votar, vamos respeitar os colegas. Deputado Paulo Azi, eu lhe faço um apelo: V.Ex^a está na Mesa e tem de ser imparcial. Não tem nada de *flash* ali.

Deputado, estamos em votação, por favor.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Continuação da votação.

(Continuação da votação secreta)

(Tumulto no Plenário.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, não posso proibir o deputado de tirar foto.

O Sr. Elmar Nascimento:- É o pior dia da história desta Casa.

O Sr. Luciano Simões:- É uma fraude. É falta de respeito.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- O deputado Antônio Imbassahy filmou o voto e colocou na rede social. Estou apenas dizendo.

O Sr. Adolfo Viana:- Imbassahy, não.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Calma, deputado Adolfo Viana, estou apenas citando. Não posso proibir o deputado.

(Tumulto no Plenário.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Qualquer deputado que queira votar aqui em cima, eu vou liberar. O deputado Sandro Régis está votando aqui em cima, para todo mundo ver. Tenho de ser justo.

(Tumulto no Plenário.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Mas eu não posso proibir lá dentro nem posso proibir aqui. Eu não posso!

(Continua a votação.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Eu não posso obrigar o deputado Sandro Régis. V.Ex^a viu ele votando aqui e jogando logo dentro.

(Os deputados Elmar Nascimento e Bruno Reis falam ao mesmo tempo.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Elmar, faço-lhe um apelo. V.Ex^a é um deputado sério, Líder da Oposição, mas está baixando o nível demais. Repito o apelo: não vamos baixar o nível, V.Ex^a é o Líder da Oposição; além de ser parlamentar, é Líder da Oposição.

(O deputado Elmar Nascimento fala concomitantemente com o presidente)

(Continua a votação)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Peço aos Srs. Deputados que não

baixemos o nível. Deputado Elmar, V.Ex^a sabe da admiração que lhe tenho, não vamos baixar o nível. Aqui é um Parlamento eleito pelo povo. O deputado é livre para votar, e eu não posso proibir. (Tumulto no Plenário.)

(Continua a votação.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Faltou algum deputado votar? Vocês querem que espere 10 minutos, conforme acerto?

(O deputado Elmar fala concomitantemente com o presidente)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Como, deputado? O que é isso? Respeite o Parlamento, deputado. Respeite seus colegas. Aqui não é nenhum cabaré. Deputado, por favor, vamos manter o nível. V.Ex^a pode ter a sua revolta, mas, por favor.

(Vários Srs. Deputados falam ao mesmo tempo fora do microfone.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Vou esperar os dez minutos.

(Há tumulto em Plenário.)

(Vários Srs. Deputados falam ao mesmo tempo fora do microfone.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Paulo Azi, eu faço um apelo, pois V.Ex^a é o 1º Secretário. O deputado Sandro Régis votou aqui em cima da Mesa. E V.Ex^a aceitou.

(Vários Srs. Deputados falam ao mesmo tempo fora do microfone.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Paulo Azi, V.Ex^a é um deputado, é 1º Secretário e está sentado aqui à Mesa. Eu peço a V.Ex^a que se contenha.

O Sr. Bruno Reis:- Por mais equilíbrio que se tenha aqui, não tem como se conter. O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Bruno Reis, V.Ex^a é um homem educado.

(O deputado Bruno Reis fala, concomitantemente, ao Sr. Presidente.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputados, o deputado Sandro Régis, meu querido amigo, votou aqui em cima.

O Sr. Carlos Geilson:- Até você, Marcelo?

(Vários Srs. Deputados falam ao mesmo tempo fora do microfone.)

(Há muito tumulto em Plenário.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- O que é isso?! Deputado Carlos Geilson, vamos ter calma! Vamos ter calma! Vamos ter calma!!!

(Há muito tumulto em Plenário.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Vou encerrar a votação.

Determino marcar 10 minutos, aí, por favor, no computador. (Pausa.)

O Sr. Luciano Simões:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pela ordem, o deputado Luciano Simões. O Sr. Luciano Simões:- Sr. Presidente, o voto secreto é uma instituição democrática. V.Ex^a foi alertado pela Bancada de Oposição. Obtivemos denúncias que os deputado do PT estavam sendo ameaçados e seriam obrigados a fotografar os seus votos. Levamos o assunto ao conhecimento de V.Ex^a, Sr. Presidente. E eu levei ao conhecimento de V.Ex^a, também, o fato de que as leis brasileiras protegem o voto

secreto. Por isso, o eleitor não pode ir à urna com o celular. Os alunos não podem comparecer ao vestibular com o celular. V.Ex^a, Sr. Presidente, tinha a obrigação de aplicar a legislação supletiva. Para isso, V.Ex^a foi alertado.

Hoje, é uma página negra na história desta Casa. O PT que manda matar. O PT manda perseguir. O PT manda a Polícia Federal colocar parlamentares e colocar pessoas, que não são do seu interesse, presos. Estão, aí, fazendo com que a Assembleia Legislativa da Bahia passe por um momento negro na sua história!

Em 30 anos nesta Casa, eu nunca vi um deputado ser coagido a fotografar seu voto!

Que coisa feia!

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Srs. Deputados, eu faço um apelo. Eu não posso proibir o deputado de adentrar à cabine com o seu celular. Eu não tenho poder para isso, repito, eu não tenho. Eu não tenho poder para isso. Eu não tenho. Não se pode comparar uma prova de vestibular em que a pessoa está fazendo uma prova e pode pescar pelo celular de um colega conversando. É completamente diferente!

(Vários Srs. Deputados falam ao mesmo tempo fora do microfone.)

O Sr. Presidente (Marcelo Nilo):- Deputado, eu, jamais, jogarei meu nome no lixo. Não estou jogando. O deputado, aqui, é livre para votar como ele quiser. Eu não posso pedir ao deputado que ele entre na cabine sem celular. Isso é problema do deputado, não é meu. (Vários Srs. Deputados falam ao mesmo tempo fora do microfone.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, deputado, eu não posso proibir o deputado.

(Vários Srs. Deputados falam ao mesmo tempo fora do microfone.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, Eu não posso proibir o colega de entrar com o celular.

(Vários Srs. Deputados falam ao mesmo tempo fora do microfone.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Eu não posso! Eu não tenho poder para isso. (Vários Srs. Deputados falam ao mesmo tempo fora do microfone.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, isso é problema do deputado. O Sr. Elmar Nascimento:- Eu vi o deputado Isidório fotografando.

O Sr. Bruno Reis:- Esta votação é nula, deputado Marcelo Nilo! Nós vimos o *flash* do celular!

O Sr. Elmar Nascimento:- Está todo mundo constrangido aqui com isso.

O Sr. Sandro Régis:- O povo vai rechaçar vocês no 1º turno.

O Sr. Presidente (Marcelo Nilo): - Cada deputado é responsável pelo seu ato. Eu não posso proibir o deputado de entrar na cabine com o celular. Eu não posso, não tenho poder para isso.

(Os Srs. Deputados falam fora do microfone.)

O Sr. Presidente (Marcelo Nilo):- Por favor, estou marcando os 10 minutos. Esperem.

O Sr. Elmar Nascimento:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente (Marcelo Nilo):- Pela ordem, deputado Elmar Nascimento.

O Sr. Elmar Nascimento:- Sr. Presidente, tem que preservar para as imagens não desaparecerem, as câmeras pegam tudo, a câmera vai registrar os *flashes*. Nós vamos entrar com uma representação contra o deputado. As câmeras pegam os *flashes*. Para não aparecer destruído depois, vamos ficar aqui de plantão esperando as filmagens de todas as câmeras do plenário. Porque vai pegar o *flash*.

(Marcados os 10 minutos determinados pelo Sr. Presidente.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pedi aos deputados Paulo Azi e Paulo Rangel para abrirem e o deputado Paulo Azi não quis. Está todo mundo vendo aí. Alguém da Oposição quer colocar um fiscal?

(O deputado Elmar Nascimento joga as cédulas ao chão e o tumulto se generaliza no Plenário.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- O deputado Elmar Nascimento vai para o Conselho de Ética. Isso não se faz.

(O tumulto aumenta no Plenário.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Quero comunicar a esta Casa que a presidência vai, amanhã, mandar para o Conselho de Ética os deputados Elmar Nascimento e Paulo Azi. Vou mandar para o Conselho de Ética amanhã a representação sobre o que os dois fizeram aqui.

(Tumulto no plenário)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Vou começar a contar.

(O Sr. Presidente procede ao escrutínio.)

Anuncio o resultado: Zezéu, 35; Gaban, 23; nulos, 02.

No branco, não tinha nada na cédula, então, não considero nem branco nem nulo. Declaro eleito o deputado federal Zezéu Ribeiro para conselheiro do Tribunal de Contas do Estado. Vou enviar para S.Ex^a, o governador Jaques Wagner.

Quero comunicar à Casa, mais uma vez, que amanhã de manhã estarei representando, no Conselho de Ética, contra o deputado Paulo Azi e contra o deputado Elmar Nascimento. Compete ao Conselho julgar o que for justo para os dois deputados.

Agradeço a presença de todos.

Declaro encerrada a sessão.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/v2/sessoes.cfm>. Acesse o caminho **Sessões** e leia-as na íntegra.*